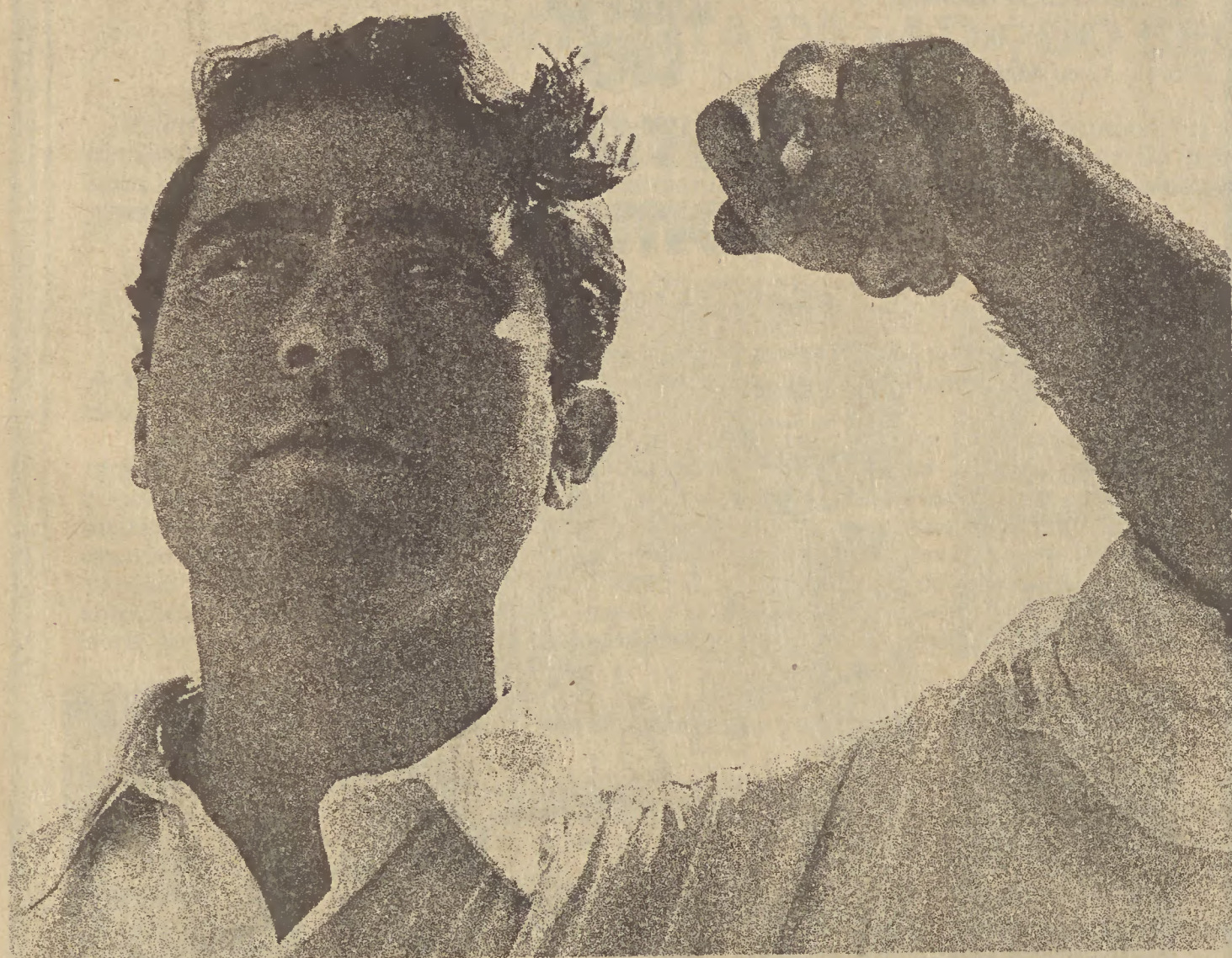


A reacção em busca de uma saída depois da derrota nas presidenciais

Pág. 12



DIAS COELHO

Completam-se 19 anos que, numa rua de Lisboa, a PIDE assassinou a tiro o militante comunista José Dias Coelho. Recordar e homenagear a figura de artista do povo, de militante antifascista, de combatente na clandestinidade que foi José Dias Coelho é manter viva a chama da luta pela liberdade que animou o povo português durante a longa noite fascista e que floresceu no regime saído da madrugada de 25 de Abril. A romagem que amanhã, às 19 horas, se realizará à antiga Rua da Creche, em Alcântara, onde em 1961 tombou o nosso camarada, é, nesta hora de combate e defesa da democracia e da liberdade uma jornada de determinação e confiança no Portugal de Abril. Pág. 6

PLENÁRIO DO COMITÉ CENTRAL

No passado dia 11 realizou-se uma reunião plenária do Comité Central do PCP que aprovou uma declaração sobre a derrota da “AD” nas eleições presidenciais. Neste documento é analisado o resultado das eleições presidenciais de 7 de Dezembro, concluindo-se nomeadamente que a derrota do candidato reaccionário logo à primeira volta se traduz numa derrota do plano subversivo da “AD” contra o regime democrático, uma derrota do Governo e da sua política e uma derrota da actual maioria.

O CC sublinha que não constituindo uma vitória eleitoral do PCP, os resultados das eleições presidenciais constituem, entretanto, uma extraordinária vitória política do PCP de profundas repercussões na vida nacional.

O Comité Central traça também as linhas fundamentais de uma política imediata, designadamente:

- a reposição da legalidade democrática em todos os sectores da vida nacional onde a “AD” e o seu governo estabeleceram situações de facto anti-democráticas;
- a defesa das conquistas democráticas consagradas na Constituição;
- a garantia plena das liberdades e direitos dos cidadãos;
- o restabelecimento do pluralismo na comunicação social;
- o melhoramento das condições de vida do povo português;
- uma política externa de independência nacional, de paz, amizade e cooperação com todos os povos sem qualquer enfeudamento a interesses estrangeiros.

O Comité Central salienta também a necessidade do urgente reforço de todos os movimentos de massas e ainda que estão criadas condições favoráveis para o reforço, em todos os aspectos da sua actividade, do Partido Comunista Português.

Texto da Declaração na pág. 3, 4 e 5

Editorial

DUAS VERDADES PALMARES DA SITUAÇÃO ACTUAL

N a sequência da derrota esmagadora da «AD» nas eleições presidenciais (o derrotado candidato Soares Carneiro era declaradamente o candidato dos partidos da «AD») e do xeque gravemente comprometedor dos seus planos subversivos – que passavam, como se sabe, pela hegemonização absoluta dos órgãos de poder político – os acontecimentos posteriores trouxeram a comprovação de duas verdades palmares, ao mesmo tempo contraditórias, da situação política actual:

- Uma, a solidez potencial e o carácter maioritário, plenamente confirmado na votação, das forças democráticas tomadas num sentido muito amplo quando confluentes num objectivo comum e fundamental de defesa do regime, apesar da sua desunião relativa;
- Outra, a debilidade potencial e o carácter minoritário depois comprovados na prática, das forças reacçãoárias, quando apostadas num objectivo frontalmente antidemocrático e subversivo, apesar de coligadas e detentoras do governo e da maioria parlamentar.

Destas verdades palmares, comprovadas pela vida, importantes conclusões devem ser tiradas – conclusões essenciais para garantir as vitórias alcançadas, para aprofundar as derrotas da reacção e para produzir a todos os níveis, a curto e a médio prazo, alterações favoráveis à defesa e consolidação do processo democrático e do 25 de Abril.

A derrota eleitoral da «AD» e o consequente xeque do seu plano subversivo que estava em curso têm como consequências imediatas – conforme sublinhou o Comité Central do PCP – a consolidação das instituições, a maior garantia do exercício das liberdades democráticas e da legalidade democrática, a defesa da Constituição e do regime, melhores condições para a luta do Povo português.

Estas consequências só se tornarão efectivas se a confluência democrática que levou à derrota da reacção adquirir nova qualidade nas novas batalhas políticas em perspectiva.

As forças que garantiram logo à primeira volta a folgada eleição do general Ramalho Eanes têm uma larga imagem social e de amplos contornos políticos.

Socialmente, nos cerca de 3 250 000 eleitores do general Eanes, foi decisivo o peso dos trabalhadores conduzidos na sua opção de voto pela acertada orientação do grande partido da classe operária portuguesa – o PCP – como também pelo apoio do outro partido com alguma influência entre as classes trabalhadoras, ainda que abalado por graves dissensões internas – o PS.

O apoio dos trabalhadores é facilmente verificável na inequívoca votação obtida por Eanes nos grandes centros industriais e do proletariado agrícola.

Mas a afluência eleitoral contra Soares Carneiro e em favor do candidato que se mostrava em melhores condições para o derrotar – o general Ramalho Eanes – em regiões onde o peso das classes e camadas médias é prepon-

derante, onde os pequenos e médios agricultores, comerciantes, artesãos e industriais ocupam uma larga faixa do agregado social, é igualmente significativa.

Se a estas classes e camadas juntarmos milhares de trabalhadores intelectuais – os melhores expoentes da intelectualidade portuguesa – o espectro social das forças que derrotaram Soares Carneiro e o plano subversivo da «AD» é ainda mais expressivo e vasto.

Que significa isto?

Significa que existem condições objectivas não só para o reforço da unidade da classe operária como para uma larga aliança entre os trabalhadores e as classes e camadas médias da população capaz de garantir o suporte de um regime que ponha como objectivo prioritário elevar as condições de vida das classes trabalhadoras e do povo em geral e imprimir na economia e na sociedade uma dinâmica antimonopolista e anti-imperialista de independência nacional e de defesa das conquistas fundamentais de Abril.

A unidade entre os trabalhadores e a aliança entre as forças sociais diversas soldam-se na luta diária por reivindicações comuns e específicas.

Politicamente, como concluiu o CC do PCP, a votação confirmou que *a arrumação das correntes e opções políticas não coincide inteiramente com as fronteiras existentes entre os partidos.*

Confluiram na votação em Eanes não só socialistas e comunistas como democratas de outras formações e independentes de várias tendências e sensibilidades que não se estruturam nem se enquadram em qualquer partido político.

Os comunistas foram os únicos eleitores que seguiram sem brechas a disciplina de voto do seu Partido. Mas a imensa maioria do eleitorado socialista, centenas de milhares de eleitores que em 5 de Outubro votaram «AD» e muitos milhares de portugueses sem qualquer opção partidária, puseram também o seu voto no candidato que melhores condições reunia para a defesa da liberdade e do regime democrático, apesar das formidáveis pressões ideológicas, económicas, caciquais, de intimidações de toda a ordem, de monstruosa manipulação psicológica e sentimental posta em prática pela reacção a propósito dos funerais dos dois dirigentes da «AD» vitimados pelo acidente de Camarate.

Tais forças largamente maioritárias tomaram inequívoca posição em defesa do regime democrático e contra o projecto subversivo da «AD».

Naturalmente a direita busca desnaturar a verdadeira essência destes significativos deslocamentos do eleitorado.

A reacção tenta desesperadamente abafar a incontroversa realidade da existência de um vastíssimo e maioritário campo social e político que dá potencialmente a base de apoio para uma viragem democrática e para uma política democrática e de independência nacional.

Esta realidade impõe-se e faz tremer a reacção. Impõe-se também como opção funda-

mental a todas as forças democráticas, a todos os portugueses patriotas e antifascistas que desejam ardentemente preservar a democracia e a liberdade conquistadas em 25 de Abril de 74.

Infelizmente não é só a reacção coligada na «AD» que teme esta opção fundamental evidenciada nas eleições presidenciais do dia 7 assim como as possibilidades concretas que ela abre a uma alternativa democrática ao governo actual e à política actual.

O dr. Mário Soares que provocou a divisão do seu partido, que favoreceu objectivamente o voto em Soares Carneiro, que foi um dos grandes derrotados das eleições do dia 7 manobra agora activamente para impedir aquele objectivo.

Mário Soares presta mais uma vez um mau serviço à democracia e ao seu próprio partido. Na linha tradicional das suas concessões e conlulos à direita, contra a vontade e as opções da imensa maioria dos socialistas, Mário Soares pretende agora estender uma tábua de salvação ao governo «AD» – uma «AD» que se debate no mar revoltoso de surdas lutas intestinais entre «falcões» e «pombas» em feroz disputa das posições de chefia.

No momento em que a questão mais premente e de certa viabilização à distância é a de pôr pertinentemente fim ao governo «AD» e à maioria parlamentar «AD», Mário Soares vem de maneira estranha pugnar pela unidade da «AD», pela continuidade do seu governo e da sua maioria.

«Que o governo da «AD» governe e governe bem», diz o dr. Mário Soares no aforamento dos seus planos «alternantes»... para 1985!

Mário Soares sal da sua auto-suspensão como secretário-geral do PS não para rectificar um mau passo e trabalhar para a viabilização pertinente de uma alternativa democrática à situação actual, mas para dar continuidade à sua acção divisionista e assegurar, arrogando-se falsamente oposição, a continuação de facto do domínio político da «AD» sobre órgãos de soberania de importância primordial e do aparelho de Estado, maioria que o recente sufrágio popular de facto rejeitou.

Com a desapareição dos dois chefes da «AD» vitimados em Camarate e com o acirrar das rivalidades entre os principais partidos da Aliança reacçãoária e no seio de cada um deles, a estranha posição de Mário Soares possibilita à direita governante passar sem dificuldades de maior a grave crise actual e assegurar a continuidade em novas condições dos objectivos subversivos de Sá Carneiro e Freitas do Amaral, comprometidos pela derrota de Soares Carneiro.

As posições conciliadoras de Mário Soares com a pior reacção alimenta as esperanças dos elementos e forças conservadoras e reacçãoárias na criação do chamado «bloco central» com o qual sonham retomar, nas condições de uma profunda derrota, o projecto de revisão inconstitucional da Constituição.

As controvérsias sobre o «governo forte» e o «governo fraco», a designação de Pinto Balsemão para chefiar o governo e o maior partido da Aliança reacçãoária, a «recusa» de alguns «falcões» do governo anterior a perma-

necer no novo elenco governativo além de representarem uma clara confissão de derrota e reflectirem o estado precário da coligação governamental, são elementos indicativos do pânico que reina nas fileiras da reacção, do seu medo de ver afundar-se a barca da «AD» ao primeiro embate com as forças e factores adversos.

Com Balsemão, as forças reacçãoárias detentoras do governo e da maioria parlamentar tentam um compromisso com o general Eanes a quem os partidos da direita integrados na «AD» cobriram dos maiores insultos, e ao mesmo tempo procuram neutralizar o PS e ganhar à custa dos socialistas a maioria que necessitam para restabelecer o curso do processo reacçãoário e golpista da «AD».

Os perigos de fractura na «AD» e dentro dos partidos que a integram são reais e em conjugação com a luta organizada e unida dos trabalhadores e do povo em geral podem encurtar os prazos para a necessária mudança de governo e de política, essencial à defesa das instituições, da legalidade democrática, da Constituição, da independência nacional e da paz.

A concludente derrota eleitoral da «AD» criou em si melhores condições para a luta do Povo português no quadro das instituições e da legalidade democráticas.

Intensificar essa luta, diversificá-la nas diversas frentes, unificá-la de maneira sistemática, é uma condição imprescindível para aprofundar o extraordinário êxito político das eleições presidenciais.

Agudos problemas complicam a situação das classes trabalhadoras. Nos dias imediatos a batalha da contratação colectiva, da actualização dos salários, da melhoria geral das condições de vida dos trabalhadores impõe o esforço organizado da classe operária a nível das empresas e dos sindicatos.

Nos primeiros meses do ano 81 centenas de Comissões de Trabalhadores, de direcções sindicais, de colectividades populares vão eleger novos membros.

Desenvolver um amplo e persistente esforço unitário é uma exigência para todos os trabalhadores nas fábricas, nos escritórios, nos campos.

Na zona de intervenção da Reforma Agrária as decisões dos tribunais favoráveis às UCPs são um incentivo à luta contra as ilegalidades e violências que diariamente continuam a ser cometidas pelos governantes da «AD».

Desenvolver todas as formas do movimento operário popular e democrático, dinamizar a sua acção, é um caminho necessário para o aprofundamento político das alterações ocorridas no plano eleitoral.

O combate ao divisionismo de esquerda e de direita no seio do movimento popular de massas, a luta contra o oportunismo dos que querem adormecer os trabalhadores e o povo com as ilusões do «bloco central» e dos «governos fortes ou fracos» é intrínseco do combate geral contra a reacção no Poder.

Unidos, organizados e firmes os trabalhadores, todos os portugueses democratas e patriotas arrancarão novas e decisivas vitórias contra a reacção e os seus agentes.

I Congresso Extraordinário do MPLA - Partido do Trabalho

Por ocasião do I Congresso Extraordinário do MPLA-Partido do Trabalho, o Comité Central do Partido Comunista Português enviou ao Comité Central do MPLA - Partido do Trabalho a mensagem que transcrevemos:

Queridos camaradas, O Comité Central do Partido Comunista Português saúda fraternal e calorosamente o I Congresso Extraordinário do MPLA-Partido do Trabalho, todos os seus delegados e, extensivamente, o heróico povo angolano. Faz votos para que os seus trabalhos e a ulterior aplicação das suas decisões sejam coroadas de pleno êxito.

Os comunistas portugueses

continuam a seguir com espírito solidário a luta do povo irmão angolano dirigida pelo seu partido de vanguarda, o MPLA-Partido do Trabalho, pela liquidação das sequelas do colonialismo, pela reconstrução nacional, pela implantação dos órgãos de poder popular, pela edificação da sociedade sem exploradores e explorados, a sociedade socialista.

Os comunistas portugueses condenam firmemente os criminosos ataques dos racistas sul-africanos contra a República Popular de Angola, parte integrante dos planos do imperialismo e dos seus lacaios racistas, para tentar inverter o rumo à revolução angolana

e prolongar a ocupação ilegal da Namíbia contra a qual o seu povo se levantou em armas dirigido pela SWAPO.

Camaradas, A recente derrota nas eleições presidenciais do candidato das forças reacçãoárias, o general Soares Carneiro, representou uma grande vitória do Portugal de Abril, da democracia portuguesa.

O PCP considera que estes resultados criam condições mais favoráveis para defender as conquistas revolucionárias – as nacionalizações, a Reforma Agrária, os direitos dos trabalhadores – assim como para o desenvolvimento das relações entre Portugal e a República Popular de

Angola, as quais têm sido sistemática e continuamente entravadas e sabotadas pelas forças reacçãoárias.

O PCP continuará a actuar para que se fortaleçam cada vez mais as tradicionais relações de amizade, cooperação e solidariedade existentes entre o PCP e o MPLA-PT na base dos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário, no interesse dos nossos dois povos e países, do movimento revolucionário mundial, dos ideais da paz e do socialismo.

Viva o I Congresso Extraordinário do MPLA-PT! Viva a amizade entre o PCP e o MPLA-PT!

II Congresso do Partido Comunista de Cuba

A convite do Comité Central do Partido Comunista de Cuba partiu no dia 15 par Havana uma delegação do Partido Comunista Português composta por Octávio Pato, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central e Ernesto Afonso, membro do Comité Central. Esta delegação desloca-se

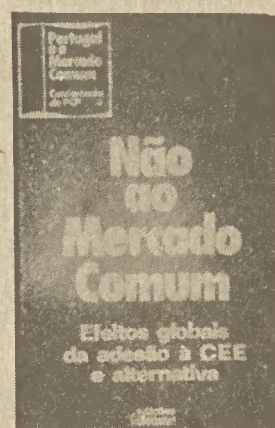
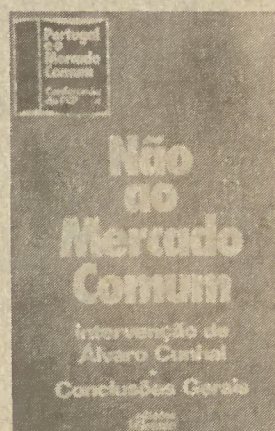
a Havana a fim de participar no II Congresso do Partido Comunista de Cuba, que se realizará entre os dias 17 e 20 do corrente.

Para Cuba seguiu igualmente um enviado especial do «Avante!», camarada Fernando Correia, subchefe de redacção, de que publicamos um artigo já neste número.

Documentos da Conferência Nacional do PCP (Porto, 31 de Maio de 1980)

Não ao Mercado Comum

A mais completa análise realizada no nosso país sobre a adesão de Portugal à CEE e as suas consequências na economia nacional.



Publicam-se neste volume (último da série «Não ao Mercado Comum») as intervenções efectuadas nas secções Pescas e Comércio/Transportes/Turismo, no âmbito da Conferência do PCP «Portugal e o Mercado Comum».

A Conferência surge como um contributo valioso no domínio da recolha de informação, estudo e debate, iniciativa verdadeira e democraticamente participada que possibilitou uma análise aprofundada das consequências económicas, sociais e políticas da eventual integração de Portugal.

A divulgação dos materiais de apoio contribuirá sem dúvida para uma maior sensibilização de todos os portugueses em relação à problemática de uma eventual adesão à CEE, pois, como ficou amplamente demonstrado, se analisada de forma objectiva e realista, para todos ficará claro que tal adesão afectará seriamente a economia portuguesa, revelando-se apenas como uma manobra inequivocamente política, contrária e lesiva dos verdadeiros interesses nacionais.

Avante! Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soares Pereira Gomes - 1699 Lisboa-CODEX. Tel. 768345. ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, SARL, Av. Santos Dumont, 57-3.º Dt.º - 1000 Lisboa. Tel. 768744/768751.

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soares Pereira Gomes - 1699 Lisboa-CODEX. Tel. 768725/768722.

DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais, Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt.º - 1000 Lisboa. Tel. 779828/779825.

Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-01v - 1000 Lisboa. Tel. 769705. Abrangem os distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal. Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - 1200 Lisboa. Tel. 372238.

Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 - 4000 Porto. Tel. 28938. Casa da Venda: R. do Almada, 18-2.º Esq. - 4000 Porto. Tel. 310441.

Centro Distribuidor do Centro: Rua 1.ª de Maio 185, Pedreira - 3000 Coimbra. Tel. 31286.

Centro Distribuidor do Alentejo: Alcantova de Baixo, 13 - 7000 Évora. Tel. 26361. Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.ª de Dezembro, 23 - 8000 Faro. Tel. 24417. ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq. - 1000 Lisboa. Tel. 779828.

PUBLICIDADE CENTRAL: Av. Santos Dumont, 63-A - 1000 Lisboa. Tel. 776936/776750. Porto - Rua do Almada, 18-2.º Esq. - 4000 Porto. Tel. 381067.

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 - Venda Nova - 2700 Amadora. Tel. 900044. Composição e Impressão na Heika Portuguesa R. Elias Garcia, 27 - Venda Nova - 2700 Amadora.

Tiragem média no mês de Novembro: 64 712

DECLARAÇÃO DO COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

A DERROTA DA «AD»

E A VITÓRIA DA DEMOCRACIA
NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS

No dia 11 de Dezembro realizou-se uma reunião plenária do Comité Central do Partido Comunista Português.

O Comité Central examinou os resultados das eleições presidenciais – a esmagadora derrota da «AD» e a vitória da democracia –, o seu significado e as suas consequências na vida política nacional.

Foram considerados problemas relativos à situação existente na Assembleia da República, ao novo governo e à sua política, à revisão constitucional e às perspectivas e tarefas do movimento operário e popular, das forças democráticas e do Partido.

O Comité Central marcou uma nova reunião plenária, a realizar-se no mês de Janeiro próximo.

1.

DERROTA DA «AD», DO SEU PLANO E DO SEU GOVERNO

Com vista à restauração do poder económico e político dos monopólios (associados ao imperialismo) e dos latifundiários, à liquidação do regime democrático e à instauração duma nova ditadura, a «AD» e outras forças reaccionárias jogaram tudo por tudo nas eleições presidenciais.

Objectivos da reacção

No seguimento dos resultados das eleições para a Assembleia da República, tendo como certa a vitória do seu candidato Soares Carneiro, as forças reaccionárias, foram ao extremo do cinismo na revelação do seu programa e do seu plano.

Liquidação das nacionalizações, liquidação da Reforma Agrária, limitação das liberdades através da sua «regulamentação», concentração de todo o poder político nas suas mãos, conquista completa do aparelho do Estado, lei eleitoral de modelo salazarista, uma política de violação sistemática da legalidade democrática, medidas repressivas contra o movimento operário e as forças democráticas, enfeudamento ao imperialismo norte-americano e à NATO, revisão inconstitucional da Constituição através do referendo e do desrespeito dos limites materiais e formais da revisão – foram apresentadas abertamente pela «AD» como objectivos a atingir no imediato e constituíram as questões fulcrais do debate político na batalha eleitoral.

Profundo golpe no plano subversivo

A conquista da Presidência da República constituiu um objectivo-chave deste plano.

Com uma maioria na Assembleia da República, com o Governo, com o Presidente da República, a «AD» e outras forças reaccionárias teriam os instrumentos do poder para tentarem vencer a resistência popular e democrática e atingirem os seus objectivos a curto prazo.

A derrota da «AD» nas eleições presidenciais representa um profundo golpe (que se pode tomar um golpe mortal) no plano da liquidação do regime democrático e de instauração duma nova ditadura.

A «AD» perde apoio eleitoral

Os resultados das eleições presidenciais demonstraram que a «AD» perdeu grande parte do apoio eleitoral que (embora por meios antidemocráticos) tinha obtido nas eleições de 5 de Outubro para a Assembleia da República.

É inteiramente legítimo admitir que sem a monstruosa manipulação da comunicação social, sem a escandalosa utilização do funeral de Sá Carneiro, sem a ampla conjugação de irregularidades, de violações das regras democráticas e de manobras de coacção psicológica sobre o eleitorado, a derrota do candidato da reacção teria tido certamente uma expressão ainda mais esmagadora.

Com a ambição da conquista total do poder, os partidos reaccionários identificaram completamente a candidatura de Soares Carneiro com a «AD» e utilizaram todos os processos de pressão, de intimidação e de chantagem sobre o eleitorado que tinha votado «AD» em 5 de Outubro para votar Soares Carneiro em 7 de Dezembro.

A esmagadora derrota de Soares Carneiro, em condições de abuso do poder e de manipulação eleitoralista semelhantes às existentes em 5 de Outubro e o facto de que o candidato da «AD» obteve menos 474 181 votos do que a «AD» em 5 de Outubro mostram ineludivelmente que a «AD» foi abandonada por parte significativa do eleitorado.

Maioria «AD» na Assembleia da República posta em causa

As eleições puseram em evidência que a força relativa dos partidos políticos é diferente da que foi expressa nos resultados das eleições de 5 de Outubro.

A maioria da «AD» na Assembleia da República, que, pela violação do processo democrático nas eleições de 5 de Outubro, já não correspondia à opção política do eleitorado, distanciou-se ainda mais das aspirações e da vontade do povo português.

As eleições puseram em evidência que a «AD» foi e é minoritária no país e não tem autoridade para fazer aprovar na Assembleia uma legislação reaccionária que o povo português na sua esmagadora maioria desaprova e condena.

Governo «AD» posto em causa

Os resultados das eleições presidenciais demonstram também que o governo «AD» e a sua política sofreram a condenação e rejeição da maioria esmagadora do povo português.

Na campanha eleitoral os partidos reaccionários e os seus chefes fazendo pressão sobre o eleitorado proclamaram insistentemente que a eleição de Eanes significaria que o povo não quereria a continuação do governo.

A prova está tirada. Votando contra Soares Carneiro, o povo português votou contra o governo «AD».

O povo contra o Governo

Sob o ponto de vista institucional é normal que o Presidente da República, tendo em conta a maioria da «AD» na Assembleia da República, abra a possibilidade da constituição de um governo «AD».

Mas depois da estrondosa derrota que a «AD» sofreu nas eleições presidenciais, a «AD» não pode, como Governo, pretender continuar a política inconstitucional, ilegal e subversiva que vinha a realizar o governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral.

As eleições presidenciais representam uma derrota estrondosa da estratégia de desestabilização, de confronto, de ilegalidade e de subversão de que era inspirador o falecido Presidente do PSD, Francisco Sá Carneiro, acolitado pelo Presidente do CDS, Freitas do Amaral.

A estrondosa derrota da «AD» nas eleições presidenciais mostra que o povo português não está disposto a aceitar que a «AD» continue a fazer leis e a governar o país segundo um plano e um programa que foram frontalmente rejeitados nas eleições de 7 de Dezembro.

2.

VITÓRIA DO PORTUGAL DE ABRIL

Os resultados das eleições presidenciais constituem uma vitória da democracia de transcendente importância na vida política nacional e têm também repercussões positivas na situação internacional.

A derrota do candidato da reacção e a vitória de Ramalho Eanes têm, como consequências imediatas, a consolidação das instituições, uma maior garantia do exercício das liberdades democráticas e da legalidade democrática, a defesa da Constituição e do regime, melhores condições para a luta do povo português.

Consolidação das instituições

Os resultados das eleições presidenciais significaram um passo importante para a consolidação das instituições.

Se as forças reacçãoárias, designadamente a «AD», tivessem alcançado o objectivo da conquista partidária da Presidência da República e da consequente monopolização partidária dos órgãos do poder, poderiam destruir a curto prazo as instituições democráticas e procurar eternizar no poder um governo reacçãoário.

A eleição de Ramalho Eanes, dando resposta à brutal campanha reacçãoária contra o Presidente da República, reforça a independência e a interdependência dos órgãos de soberania, a possibilidade de eleições livres na base da proporcionalidade, o funcionamento regular das instituições.

Defesa das liberdades

Os resultados das eleições presidenciais significam um passo importante para a defesa das liberdades democráticas.

O que significam para a vida e para a luta do povo português os resultados das eleições presidenciais torna-se de grande evidência comparando-se a situação resultante das eleições com a situação que teria resultado duma vitória do candidato da «AD».

Se Soares Cameiro tivesse sido eleito, pesaria sobre o povo português a ameaça iminente de proibições, interdições, limitações às liberdades, perseguições e medidas repressivas.

A derrota de Soares Cameiro e a eleição de Eanes significam que o povo português continuará a viver em liberdade, que continuará a poder defender no quadro das instituições e da legalidade democrática, os seus interesses, os seus direitos, as suas conquistas.

A ameaça fascista foi, pelo menos de momento, vigorosamente afastada pelo voto popular.

Consolidação da legalidade democrática

Os resultados das eleições presidenciais significariam um passo importante para a consolidação da legalidade democrática.

Levando a Belém um militar ao serviço do plano subversivo, a «AD» pretendia montar um esquema que lhe permitiria, com a cobertura do Presidente, fazer da violação da Constituição e da legalidade uma forma sistemática de legislar e de governar.

A derrota de Soares Cameiro e a eleição de Ramalho Eanes cria uma situação mais favorável à defesa e consolidação da legalidade democrática.

Defesa da Constituição

Os resultados das eleições presidenciais significam um passo importante para a defesa da Constituição e consolidação do regime democrático que ela consagra.

Nas eleições de 7 de Dezembro o povo português, votando contra Soares Cameiro e em R. Eanes, votou no regime democrático existente.

Soares Cameiro e a «AD» incluíam no seu plano a revisão inconstitucional da Constituição, ou por «consenso», ou utilizando inconstitucionalmente o «referendo».

Com a eleição de Ramalho Eanes está afastada a pretendida violação da exigência de dois terços dos votos dos deputados e a utilização do referendo para a revisão constitucional.

A derrota da «AD» nas eleições presidenciais e a eleição de Ramalho Eanes exprimem uma extraordinária vitalidade do espírito de Abril.

Condições mais favoráveis para a luta

Os resultados das eleições presidenciais criaram condições mais favoráveis para o prosseguimento da luta popular e democrática.

Usando as liberdades e direitos consagrados na Constituição da República, que a reacção queria e quer destruir, mas que continua e continuará em vigor, o povo português prossegue firmemente a luta em defesa dos seus interesses vitais, em defesa das conquistas de Abril e do regime democrático.

Novas perspectivas se abrem à luta da classe operária, do povo trabalhador, das forças democráticas, de todos os patriotas.

Depois de ter infligido a severa derrota à reacção, o povo português sente-se estimulado e galvanizado para intensificar e alargar a luta pela liberdade, a democracia e a independência nacional.

3.

PODEROSA AFIRMAÇÃO DE CONSCIÊNCIA POLÍTICA E DE UNIDADE

Os resultados das eleições presidenciais mostram a existência de uma folgada maioria oposta ao plano e à política da «AD» e empenhada na defesa, na estabilidade e na consolidação das liberdades e do regime democrático.

Confluência da vontade democrática

A votação de 3 248 837 votos no Presidente Eanes traduz a confluência da determinação e da vontade do PS, do PCP e de sectores democráticos muito diversos que se opõem à reacção e estão com Portugal de Abril.

A votação mostra a existência de um vastíssimo e maioritário campo social e político que dá potencialmente a base de apoio para uma viragem democrática e para uma política democrática e de independência nacional.

Votando contra o candidato da «AD», o povo português afirmou a sua elevada consciência política e deu uma grande lição de unidade na luta contra a reacção e em defesa da liberdade e da Democracia.

Colapso do esquerdismo

O esquerdismo, directamente aliado aos objectivos da reacção, não conseguiu com o seu radicalismo verbal e «populista» desviar os trabalhadores e o eleitorado em geral da consciência da necessidade de derrotar o candidato da reacção e do consequente voto em Ramalho Eanes.

As eleições presidenciais significaram uma nova grande derrota da UDP e do esquerdismo em geral e o colapso do «otelismo» como corrente caudilhista. A queda da votação em Otel Saraiva de Carvalho, de 800 000 votos nas eleições presidenciais de 1976 para 80 000 votos nas eleições de 7 de Dezembro, e o facto de ter recebido menos 60 000 votos do que tinham alcançado em 5 de Outubro os partidos que o apoiaram (UDP e PSR), acusam o seu completo descrédito e um quase total isolamento.

Os resultados das eleições presidenciais traduzem o afundamento do esquerdismo com a queda vertical a nível nacional da sua influência pseudo-revolucionária, das ilusões que difunde e da actividade divisionista e anticomunista que desenvolve.

Força e possibilidades de acção comum

A votação confirmou que a influência política conjugada ou convergente do PS e do PCP está em condições de exercer influência determinante na concretização de soluções

democráticas para os problemas políticos nacionais e é susceptível de ampliar, e não reduzir, o apoio de massas a essas soluções democráticas.

Não acompanhando a atitude anti-Eanes do seu secretário-geral Mário Soares, atitude que favoreceu o candidato Soares Cameiro, o PS e o seu eleitorado desempenharam importante papel na derrota da reacção.

As eleições expressaram e indicam as possibilidades reais da acção comum das forças democráticas, designadamente de comunistas e socialistas, e confirmam a justeza da política de unidade do PCP.

Sectores democráticos não organizados

A votação confirmou ao mesmo tempo que a arrumação das correntes e opções políticas não coincide inteiramente com as fronteiras existentes entre os partidos.

Esta situação confirma a necessidade de uma grande abertura em direcção a todos aqueles que, seja qual for o partido a que pertencem ou pelo qual são influenciados, estão com Portugal de Abril, tendo em vista as possibilidades de acções coincidentes, convergentes ou comuns.

As campanhas eleitorais, nomeadamente a última, mostraram a activa intervenção e a influência de numerosos democratas que não se encontram organizados nem apolam directamente qualquer partido político. Esta realidade da nossa vida política não pode deixar de ser tida em conta quando se considera o indispensável diálogo, cooperação e acção comum das forças democráticas.

Insucesso do anticomunismo

Os resultados eleitorais revelam que o anticomunismo primário e as suas calúnias e mentiras não encontram já tão fácil credibilidade na maioria da população.

Os resultados eleitorais desmentem o argumento anticomunista de que qualquer acção com participação ou apoio do PCP afasta outros sectores políticos. As eleições mostraram a imperiosa necessidade de coordenação e convergência de esforços de todos os democratas e patriotas, entre os quais os comunistas constituem uma força determinante.

4.

A LUTA CONTINUA

A derrota da «AD» e de toda a reacção nas eleições presidenciais representa a derrota do plano subversivo minuciosamente preparado e começado a executar pela «AD» e que deveria conduzir à liquidação do regime democrático. Mas não significa que o objectivo que esse plano pretendia alcançar esteja abandonado e muito menos que esteja assegurada no futuro imediato uma viragem democrática na política portuguesa.

A reacção não desarma

A realização do projecto subversivo da «AD» foi interrompida. O perigo iminente foi afastado. Mas a reacção não desarma. Dispõe ainda do governo e da maioria na Assembleia da República. Embora obrigada a recuar e a rever possivelmente a sua tática, a «AD» tentará

prosseguir a sua operação contra-revolucionária. Elaborará novos planos. A conspiração fascista e reacçãoária com vista a um golpe de força prosseguirá também, sendo necessário manter bem viva a vigilância democrática.

O Comité Central adverte que a «AD», ao serviço do grande capital e dos latifundiários e submissa ao imperialismo, tudo fará para prosseguir a ofensiva contra os direitos dos trabalhadores, contra o nível de vida do povo, contra a Reforma Agrária, contra as nacionalizações, contra as liberdades, contra o regime democrático, contra a independência nacional.

O Comité Central alerta contra qualquer espécie de triunfalismo das forças democráticas. A eleição de Ramalho Eanes é uma grande vitória da democracia, é um acontecimento positivo e importante. Mas por si só não significa uma viragem democrática na política portuguesa.

A «AD» continua no poder

No que respeita à Assembleia da República, apesar de serem de prever dificuldades e conflitos internos na «AD», esta continua a dispor de uma maioria e procurará fazer aprovar legislação antidemocrática e inconstitucional.

No que respeita ao governo, a «AD» fará todos os possíveis para manter no essencial a sua política, embora procurando acomodar-se à situação criada pela reeleição de um Presidente da República violenta e brutalmente combatido pela «AD», pelo seu governo e pelos seus chefes.

O Comité Central alerta contra as tentativas que sejam feitas para disfarçar com uma fachada menos agressiva e mais «dialogante» a mesma política antidemocrática, inconstitucional e subversiva do anterior governo «AD».

O Comité Central alerta também contra manobras no sentido de criar um «bloco central» na base de uma nova aliança do PS com a direita, seja com a «AD» ou com qualquer dos partidos que a compõem.

A revisão da Constituição

O Comité Central chama também a atenção para o facto de a «AD» e outras forças reaccionárias, apesar da derrota que sofreram, **insistirem já depois das eleições nos seus planos de revisão inconstitucional da Constituição.**

Apesar de o Presidente reeleito ter afirmado claramente que não aceitaria o referendo para a revisão constitucional, propagandistas da «AD» insistem na utilização do referendo claramente condenada pelo voto popular em 7 de Dezembro.

O Comité Central lembra que o PCP se opõe frontalmente à revisão inconstitucional da Constituição (que corresponderia a um autêntico golpe de Estado) e defende com firmeza que a revisão constitucional se faça dentro dos estritos limites **materiais** (princípios insusceptíveis de revisão) e **formais** (exigência de dois terços de deputados) definidos na própria Constituição.

O Comité Central expressa a prontidão do PCP para na Assembleia da República cooperar com o PS e com outros democratas com o objectivo de defender a Constituição no próprio processo da sua revisão, e alerta contra tentativas de envolver o PS em «acordos de regime» com a «AD» visando o sacrifício de quaisquer dos princípios fundamentais da democracia portuguesa.

No dia 7 de Dezembro, votando Eanes, o povo português votou com a Constituição. Qualquer programa e qualquer política deverá obrigatoriamente obedecer aos preceitos constitucionais. O PCP opor-se-á vigorosamente a quaisquer tentativas da «AD» de fazer aprovar um programa inconstitucional para a acção governativa.

Linhas fundamentais de uma política imediata

Os resultados das eleições presidenciais e os gravíssimos problemas existentes na vida nacional tomam imperiosa uma política que responda no imediato a algumas linhas fundamentais, designadamente:

- a reposição da legalidade democrática em todos os sectores da vida nacional onde a «AD» e o seu governo estabeleceram situações de facto antidemocráticas;
- a defesa das conquistas democráticas consagradas na Constituição;

- a garantia plena das liberdades e direitos dos cidadãos;
- o restabelecimento do pluralismo na comunicação social;
- o melhoramento das condições de vida do povo português;
- uma política externa de independência nacional, de paz, amizade e cooperação com todos os povos sem qualquer enfeudamento a interesses estrangeiros.

Por uma nova maioria na AR por um governo democrático

Só a substituição do governo «AD» e da maioria da «AD» na Assembleia da República, só uma maioria democrática na Assembleia e a formação de um governo democrático, com uma política democrática, assegurará a defesa das conquistas do povo português e a efectiva consolidação da democracia.

Uma nova maioria na Assembleia e um novo governo, que correspondam à vontade democrática do povo português expressa nas eleições de 7 de Dezembro, são desde agora objectivos políticos do movimento operário popular, de todas as forças democráticas e patrióticas.

Luta consequente, firme e confiante

Uma viragem democrática exigirá uma luta consequente, firme e confiante, no quadro das instituições, do regime, da legalidade democrática.

Ao mesmo tempo que actuará na Assembleia da República, junto dos outros órgãos de soberania, nos órgãos do poder local, o PCP exercerá todas as liberdades e direitos consagrados na Constituição, para dar combate à reacção e para assegurar a defesa e o prosseguimento do regime democrático.

As eleições presidenciais traduziram no plano específico do voto **uma gigantesca acção de massas em defesa do regime democrático.**

A luta e a intervenção directa das massas na vida política, social e económica continuam a ser o factor determinante das transformações e da evolução social.

Reforço dos movimentos unitários

O Comité Central salienta a **necessidade do urgente reforço orgânico, da mobilização e da dinamização de todos os movimentos de massas: do movimento sindical unitário em volta da CGTP-IN cujo papel é decisivo na defesa dos interesses dos trabalhadores e das conquistas democráticas; das outras estruturas unitárias de defesa dos interesses dos trabalhadores, designadamente das Comissões de Trabalhadores e seus órgãos de coordenação; dos movimentos dos pequenos e médios agricultores e rendeiros, já hoje com grandiosa expressão nacional; do movimento da juventude que, nas eleições presidenciais, comprovou estar com a democracia e desfez a falsa ideia de ter sido ganha pela reacção; do movimento das mulheres, que constitui uma ampla e vigorosa frente de combate; dos movimentos dos reformados e dos deficientes e de todas as outras formas de organização unitária de massas.**

A par da unidade dos democratas e patriotas, **o desenvolvimento dos movimentos unitários e das acções de massas, constituem um factor essencial para a derrota definitiva da reacção e para conseguir finalmente uma viragem democrática na política portuguesa.**

5.

REFORÇO DO PCP PARA A CONSOLIDAÇÃO DA DEMOCRACIA

As eleições presidenciais confirmaram o papel do PCP na vida política nacional como força necessária, indispensável e insubstituível para a defesa e consolidação das liberdades, do regime democrático e para a solução dos problemas nacionais.

Extraordinária vitória política

O PCP fez o apelo ao voto em Ramalho Eanes porque era o único candidato em condições de derrotar o candidato da reacção e de defender na Presidência o regime democrático. Entretanto, o Presidente eleito não tem um programa nem uma actuação política que correspondam à orientação e objectivos do PCP. Por isso **os resultados das eleições presidenciais não representam uma vitória eleitoral do PCP.**

Não constituindo uma vitória eleitoral do PCP, **os resultados das eleições presidenciais constituem, entretanto, uma extraordinária vitória política do PCP de profundas repercussões na vida nacional.**

A correcção da linha do Partido

As eleições presidenciais e os seus resultados constituem uma comprovação da justeza da linha política e da tática do PCP na luta contra a reacção e para a defesa dos interesses dos trabalhadores, das conquistas da revolução, do regime democrático, da independência nacional.

O PCP definiu com correcção o perigo principal – uma eventual vitória do candidato da «AD» Soares Carneiro – e a necessidade imperiosa de concentrar todos os esforços e todas as forças para afastar esse perigo.

O PCP foi a única grande força política que desmascarou frontalmente a candidatura da «AD» e a personalidade do seu candidato, que fascistas, reaccionários, alguns dirigentes socialistas e esquerdistas procuraram apresentar como um «democrata».

O PCP enfrentou com coragem a luta para derrotar o candidato da reacção, apontou o único candidato em condições de derrotá-lo apesar das fortes reservas à sua política, apresentou um candidato próprio à Presidência da República para conduzir uma campanha de esclarecimento e de mobilização, e deu assim uma contribuição importante para a estrondosa derrota de Soares Carneiro.

O PCP apontou os perigos do esquerdismo, do seu radicalismo verbal e das suas ilusões, o seu papel divisionista e o perigo do voto nos candidatos esquerdistas.

A candidatura do PCP – esclarecimento e mobilização

O PCP travou com sucesso, em condições particularmente complexas, a batalha pelo esclarecimento e a consciencialização política das massas e a mobilização do eleitorado e, combatendo a abstenção e o voto branco, soube apontar oportunamente a perspectiva da derrota de Soares Carneiro logo à primeira volta.

Os factos mostraram que **foi absolutamente justa a apresentação do candidato do**

PCP, camarada Carlos Brito (cuja justa escolha e valiosa actuação na campanha o Comité Central sublinhou) **a desistência antes do acto eleitoral do dia 7 de Dezembro e o apelo ao voto em Ramalho Eanes.**

Após os resultados eleitorais, as forças reaccionárias e os meios de comunicação social procuram silenciar o papel do PCP, numa nova demonstração dos processos antidemocráticos dos partidos que detêm o poder, das suas apreensões e do seu receio ante a força e a influência crescentes do PCP.

O papel decisivo e o reforço do PCP

Na situação mais favorável criada pela derrota da «AD» e das forças reaccionárias em geral nas eleições presidenciais, o PCP continua a desempenhar decisivo e indispensável papel para desmascarar e impedir novas manobras da «AD», para cortar definitivamente o passo aos planos subversivos da reacção, **para a completa derrota das forças reaccionárias, para a defesa e consolidação do regime democrático.**

O reforço do PCP é do interesse do povo, do regime democrático, da independência do país.

O Comité Central considera que a derrota da reacção, a consolidação do regime democrático resultante das eleições presidenciais, e a vitória política alcançada pelo PCP, **criam condições favoráveis para o reforço do Partido em todos os aspectos da sua actividade.**

O Comité Central resolveu realizar no mês de Janeiro uma nova reunião plenária onde serão examinados os problemas do reforço e do desenvolvimento do Partido na nova fase da vida política nacional iniciada com as eleições do dia 7 de Dezembro.

A força e influência de massas do PCP é um factor de importância primordial para a vida democrática e para o futuro de Portugal.

*
* *
*

A democracia portuguesa acaba de enfrentar vitoriosamente um momento de graves dificuldades e sérios perigos.

Ao aplicar uma severa derrota à reacção nas eleições presidenciais, o povo português mostrou uma vez mais que o 25 de Abril ganhou raízes profundas na sociedade portuguesa e na vida nacional.

A vigorosa determinação democrática e antifascista com que o povo português acaba de fazer frente corajosamente à ameaça do regresso ao passado fascista, constitui um poderoso motivo de confiança no futuro da liberdade e da democracia em Portugal.

Com a luta dos trabalhadores, com a unidade das forças democráticas, com a vontade e a acção de todos os cidadãos de sentimentos antifascistas, o povo português abrirá caminho para novas vitórias sobre a reacção e acabará por conquistar a formação de um governo democrático e a realização de uma política democrática que, correspondendo às grandes aspirações populares e aos interesses nacionais, salvguarde as conquistas de Abril, defenda o regime democrático, garanta o bem-estar dos portugueses e o progresso e independência de Portugal.

Semana

10

Quarta-feira

1836 — Decreto real acaba com o comércio de escravos nos domínios portugueses.

Os sindicatos representativos dos trabalhadores da Função Pública (TFP) aprovam a proposta reivindicativa salarial para o próximo ano, que pretendem seja acordada com o Governo por forma a entrar em vigor no princípio do próximo mês; os TFP reivindicam um aumento médio dos salários de 22%. Uma criança de seis anos morre carbonizada em consequência de um incêndio que destruiu mais de 50 barracas no bairro da Faleguinha, na Amadora. ■ A Associação de Amizade Portugal-República Popular de Angola promove no Teatro Vasco Santana, em Lisboa, uma sessão comemorativa do 3.º aniversário da fundação do MPLA-Partido do Trabalho. ■ Os trabalhadores da Transejo paralisam a 100% por um período de 24 horas, em apoio das suas reivindicações salariais. ■ A CGTP-IN denuncia a proposta de Orçamento Geral da Segurança Social para 1981 não serve minimamente os interesses nem dos reformados nem dos trabalhadores no activo.

11

Quinta-feira

1924 — O escritor e diplomata Teixeira Gomes renuncia ao cargo de Presidente da República.

A direcção sindical dos professores da Grande Lisboa (SPGL), anuncia em conferência de imprensa a realização do seu 1.º Congresso para o mês de Março, a decorrer de 11 a 14, subordinado ao tema «A Escola e os Professores na Sociedade Portuguesa». ■ O Secretariado do Partido Socialista congratula-se com a reeleição do general Ramalho Eanes, que considera uma grande vitória da democracia. ■ O Supremo Tribunal Militar anula o julgamento do chamado «Caso Ralls» por considerar que o acórdão, cujo recurso apreciou, continha nulidades jurídicas, decidindo em consequência que se repita o julgamento dos três soldados acusados da morte de António Ramalho às portas do Ralls em 12 de Março de 1975. ■ O Governo português aprova a «Convenção sobre o Reconhecimento dos Estudos e Diplomas Relativos ao Ensino Superior nos Estados da Região da Europa», convenção já assinada por numerosos países e que foi concluída em Paris há cerca de um ano, considerando nomeadamente que a diplomação que devem nortear o reconhecimento dos diplomas de estudos superiores por parte dos Estados signatários. ■ O Comité Central do PCP reúne durante todo o dia para análise dos resultados eleitorais e da situação política actual. ■ O Presidente da República, general Ramalho Eanes, recebe em audiências separadas as delegações dos partidos que integram a «AD» — PSD, CDS e PPM; a Presidência da República informa entretanto que o general Ramalho Eanes já assinou o decreto de demissão do Governo, na sequência do pedido por este formulado; os membros do Governo asseguram a gestão dos assuntos correntes do Estado até à posse do novo Executivo.

12

Sexta-feira

1976 — Realizam-se as primeiras eleições para as autarquias locais.

Uma nota do Ministério da Habitação e Obras Públicas informa que os preços da água e do aluguer do respectivo contador nos concelhos de Lisboa e limítrofes foram aumentados em 30%, através de uma portaria já enviada para publicação. ■ O Conselho de Informação para a Radiodifusão decide recomendar a rápida correcção da situação existente no Departamento de Informação da RDP, designadamente no que se refere a violações e entorses do pluralismo e objectividade políticos. ■ Em reunião efectuada no Instituto Nacional de Investigação das Pescas, representantes do secretário de Estado das Pescas e dirigentes sindicais chegam à aborçação quanto à delimitação de seis reservas marítimas ao longo de toda a costa portuguesa. ■ Em conferência de imprensa o CC do PCP informa sobre as conclusões da reunião que ontem efectuou durante todo o dia, considerando nomeadamente que a derrota da «AD» nas eleições presidenciais representa um profundo golpe (que se pode tomar um golpe mortal) no plano de liquidação do regime democrático e da instauração duma nova ditadura. ■ Uma nota oficial divulgada pela Presidência do Conselho de Ministros dá conta dos resultados provisórios do inquérito levantado para apurar as causas que deram origem ao desastre de aviação que vitimou Sá Carneiro e Amaro da Costa, tendo-se afastado a hipótese de sabotagem e atribuindo o acidente a falhas técnicas e humanas.

13

Sábado

1521 — Morre o rei D. Manuel I, com 52 anos de idade.

Francisco Pinto Balsemão é escolhido pelo PPD/PSD para suceder a Sá Carneiro na chefia do Governo e do partido; dos 61 membros do Conselho Nacional do PPD/PSD, 55 votaram «sim» a Balsemão, dois contra, registando-se ainda três votos em branco e um nulo. ■ Reúne o plenário da CGTP-IN com a presença de 150 associações sindicais, sendo analisada a situação política e a situação do movimento sindical e aprovados vários documentos, entre os quais uma resolução político-sindical, tendo a Central Sindical proposto ainda o aumento do salário mínimo nacional para 10 500\$00 e o aumento das pensões, abonos e subsídios. ■ Cerca de 300 polícias (P2) da zona Centro terminam um curso de pós-graduação em urgências médico-cirúrgicas que se realizou no auditório da Reitoria da Universidade de Coimbra.

14

Domingo

1955 — Entrada de Portugal na ONU.

O presidente do Governo Regional dos Açores e dirigente máximo do PPD/PSD naquela Região Autónoma, Mota Amaral, reafirma o seu apoio a Pinto Balsemão, escolhido pelo PPD/PSD para suceder a Sá Carneiro na chefia do Executivo. ■ O Secretariado Nacional do MDP/CDE, reunido durante o fim-de-semana para análise da situação política, considera que «o povo votou contra o projecto totalitário da AD» e que «ao dizer não ao totalitarismo da AD, o Povo português revela, com clareza, que o Governo e a AD não têm autoridade para introduzir alterações de fundo à sociedade portuguesa».

15

Segunda-feira

1572 — Damião de Góis é condenado pela inquisição a prisão perpétua.

Proença de Carvalho pede a demissão do cargo de presidente do Conselho de Gerência da RTP, alegando «falta de condições» para o cumprimento das funções em consequência da morte de Sá Carneiro e da reeleição do general Ramalho Eanes. ■ Concluídas as operações relativas ao apuramento dos resultados eleitorais no círculo de Braga, confirmam-se as suspeitas de graves fraudes em prejuízo do candidato Ramalho Eanes, que foram desde a imposição nas mesas de gente afectada à «AD» (o afastamento de democratas), até à inutilização de votos válidos em Ramalho Eanes por meio de cruzes acrescentadas depois de abertas as urnas.

16

Terça-feira

1500 — Morre Pero Vaz de Caminha, o escravo que noticiou a D. Manuel I a descoberta do Brasil.

As Câmaras Municipais de Benavente, Almeirim, Azambuja, Cartaxo, Santarém, Vila Franca de Xira e Coruche dão um parecer conjunto rejeitando a instalação de uma fábrica de pasta de papel no concelho de Salvaterra de Magos, parecer que foi elaborado a pedido da Comissão de Coordenação Regional de Lisboa e Vale do Tejo, perante proposta da Soporcel; as Câmaras consideram ainda que devem ser analisados em profundidade os prejuízos que poderão ser causados para a economia da região, independentemente do interesse económico, industrial e laboral de um projecto desta envergadura.



Os Comunistas na Assembleia da República

Uma evocação, entre o delírio e a dignidade política

Depois de um interregno, marcado pelo desastre, em pleno final de campanha eleitoral, no qual perderam a vida Sá Carneiro e Amaro da Costa, figuras proeminentes do Governo e da coligação «AD», marcado ainda pelas eleições que derrotaram o candidato das forças reaccionárias e recolocaram em Belém, mercê dos votos convergentes de todas as organizações democráticas e de uma parte do eleitorado influenciado pela direita, a Assembleia voltaria a reunir ontem, com uma agenda onde se previa a apresentação de um projecto da ASDI sobre a cidadania portuguesa, a discussão da composição das comissões e a chamada a ratificação de três diplomas: a primeira, do PCP, sobre os bairros administrativos; a segunda, ainda de iniciativa comunista, sobre a protecção da floresta contra incêndios; a terceira, pedida por comunistas e por socialistas, sobre o diploma que regula a passagem a domínio público de obras intelectuais.

A Assembleia, a poucos dias das férias de Natal, rememora o seu trabalho normal, encerrando-se, como se espera, um tempo de indecisão, marcado pela desorientação causada nas fileiras da «AD» por vezes de monta, cuja repercussão está ainda longe de se ter consumado e tem provocado declarações contraditórias, tanto no seio da Aliança reaccionária, confrontada com a formação do novo Governo, que vem suscitando em cada partido da «AD» tons e linguagens diferentes e diferentes posicionamentos quanto às figuras a promover, como no seio de parte das

forças democráticas, nomeadamente no PS e UEDS, cujos discursos do passado dia 10 são diferentes dos que ouvimos no dia seguinte.

Evocação, hipocrisia, megalomania e realismo

Durante a cerimónia da evocação dos falecidos, representantes de todos os partidos com assento na Assembleia da República interviram. Discurso evocativo? Pouco. Antes cada força política procurou avançar algumas ideias para o futuro, dar a sua achega sobre a situação criada após os recentes acontecimentos, medir à sua maneira as consequências de tal situação, adiantar sugestões.

Depois de uma alucinada intervenção de Pedro Roseta, que inaugurou pelo PSD, a série, concluindo um longo rol de elogios políticos e pessoais à memória do chefe desaparecido, (com uma classificação do século XX como a «época de Sá Carneiro») os discursos seguintes não deixariam de produzir comentários quase todos elogiosos da figura do Primeiro-Ministro falecido e abordando questões políticas de fundo, o que tornaria ainda mais desastrosa a intolerante atitude autoritária do Presidente da Assembleia que iria interromper por duas vezes o deputado da UDP que entendeu abordar à sua maneira tanto a figura de Sá Carneiro como o projecto político que ele liderava.

Mário Soares, o segundo no uso da palavra, tentou jogar, no meio das palavras, a sua

reaparição pública. E conseguiu o pleno dos aplausos convergentes — PS, UEDS, ASDI e também PPM, PSD e CDS, levantaram-se a aplaudir o elogio em que Mário Soares tentou também envolver-se, atribuindo-se, a par do falecido Sá Carneiro, a mesma qualidade e os mesmos objectivos em tempos que pareciam não muito recuados: «Líderes dos dois maiores partidos portugueses», disse, «com bases programáticas em muitos aspectos próximos, não conseguimos nunca construir, como chegámos a desejar, em consonância aliás com o sentimento de milhares de portugueses, um entendimento político duradouro». Chamou «frustração da nossa jovem democracia» ao facto de esse entendimento se não ter verificado, esquecendo a lição dada dias antes, não por milhares, mas por milhões de portugueses, que recusaram «entender-se» com o projecto que o falecido dirigente da «AD» pretendia impor ao eleitorado.

Mário Soares não pareceu aprender com o seu retiro de Nafarros, nem com a vitória democrática que lhe desfez os planos. Dias depois, na RTP, apareceria no programa «massacre em que mostrou a milhões de telespectadores as suas dificuldades em se justificar. A direita, antes e depois da derrota do projecto Soares Carneiro, continua o elogio de Mário Soares. E ele nada faz para se distanciar da envolvente simpatia que as «pombas» da «AD», tal como os «falcões» da mesma coligação, agora em fase periclitante, lhe dedicam.

Dizer o essencial

O discurso de Oliveira Dias, do CDS, perguntaria: «E agora?» E respondeu: «Agora vamos continuar». «Nada será a mesma coisa», confessou, e a sua voz soava como um apelo à continuidade, ao prosseguimento do mesmo projecto que não perdia apenas a presença física de dois dos seus mentores mas também a aposta derrotada em 7 de Dezembro. Falou de dificuldades que todos os dias surgem, falou da continuação da «AD» como de um projecto que nunca foi fácil. Aos ouvidos de «falcões», tal apelo terá sido música. Aos das «pombas» terá passado despercebido, tal o encanto das palavras de Mário Soares. O fantasma do «bloco central» pairava na sala.

Foi preciso um discurso sereno e digno para que tudo voltasse à normalidade, à recusa da hipocrisia, à colocação das questões no seu devido lugar político. Veiga de Oliveira subiu à tribuna em silêncio e de lá saiu em silêncio. Não se tratava, para o deputado comunista, de estender um rol de lamentações e de elogios que o PCP nunca dedicara em vida aos políticos desaparecidos. Não se tratava ainda de falar sobre o futuro. Tratava-se de evocar figuras políticas, de lamentar uma tragédia, de lembrar que a tragédia não apaga o que da acção dos homens em vida fica. A verdade e a dignidade do curto discurso, porque à verdade e à dignidade estão pouco habituados, impressionou desfavoravelmente alguns deputados da maioria, que se apressaram a correr para a saída.

Comício em Alameda evoca Dias Coelho vítima do fascismo

Foi numa rua, em Alcântara. Há, precisamente, 19 anos. Um agente da PIDE fez fogo com a sua pistola. No mesmo instante caiu assassinado mais um militante comunista — José Dias Coelho.

Nessa altura, o terrorismo fascista era quem mais mandava. Seria ainda preciso que se passassem 13 anos para que o ideal por que lutara Dias Coelho se viesse a concretizar na sua pátria.

Mas a liberdade nem por isso trouxe a justiça — o assassino de Dias Coelho, o «pide» António Domingues, viria a ser condenado à pena irrisória de três anos e meio.

Recordar este ano um dos muitos crimes cometidos pelo fascismo reveste-se de dupla importância. Em primeiro lugar, avivar na memória das pessoas, do povo português,

que o fascismo matava para impor a exploração dos trabalhadores. Em segundo lugar, pôr em destaque que a luta de Dias Coelho não foi em vão — a derrota, em 7 de Dezembro, do candidato fascista Soares Carneiro foi a confirmação de que o povo português não quer o regresso a um passado de terror, que novamente se pretendia impor.

Natural de Pinhel, onde ainda este ano foi descerada uma lápida na casa onde nasceu, José Dias Coelho cedo aderiu ao Partido Comunista Português.

Escultor conhecido e com muito prestígio no meio artístico e intelectual, não dedicou todo o seu esforço à actividade intelectual na medida em que as tarefas do Partido o chamavam.

Camaradas falecidos

JOEL MARINO — Devido a um acidente de trabalho com um tractor, faleceu o militante comunista Joel Marino de 34 anos, membro da Comissão Local do PCP da Herdade de Pal. Participante activo nas lutas pelas 8 de horas de trabalho no tempo do fascismo, o nosso camarada pertencia à Assembleia Municipal de Alcácer do Sal.

pelo Partido nas últimas campanhas eleitorais.

MANUEL MANAIA — Vítima de acidente de viação em Old Windsor, nos arredores de Londres, faleceu recentemente o nosso camarada Manuel Manaia, de 38 anos, trabalhador emigrante na Grã-Bretanha. Era natural de Coruche (para onde seguiu o seu funeral) e membro do Partido desde 1975.

MANUEL TEIXEIRA — Velho militante do Partido, membro da Comissão de Reformados da Freguesia de S. Julião, na Figueira da Foz, onde residia, faleceu o camarada Manuel Teixeira, que colaborou com grande entusiasmo e dedicação nas acções realizadas

As famílias dos comunistas desaparecidos, o colectivo do «Avante!», expressando os sentimentos de todo o Partido, apresentam sentidas condolências.

Revisão salarial

Movimentação de Direitos ameaça Apelo à unidade no interesse comum

Garantir o emprego de todos os trabalhadores ligados à administração pública, acabar com as situações escandalosas dos contratos prazos definitivamente o direito à negociação colectiva são em síntese as reivindicações dos trabalhadores da Função Pública consideram prioritárias para 1981. Naturalmente em lugar destacado, a revisão salarial, tendo como ponto de partida a Proposta Reivindicativa Comum (PRC) do ano passado.

Essas reivindicações prioritárias foram aprovadas por 17 direcções sindicais do sector em todo o País e vão ser entregues ao Governo. Numa proposta discutida há dias em Assembleia Geral convocada pelo Sindicato do Sul e Ilhas atribui-se especial relevância à negociação colectiva.

Sindicatos e trabalhadores da Função Pública continuam a exigir que, dando corpo à ratificação da Convenção n.º 151 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), o Governo não substitua, em caso algum, a negociação colectiva das convenções de trabalho pela mera audição; que não substitua «o direito

à negociação colectiva pelo direito de informação ou de consulta, ou por qualquer outra medida igualmente discriminatória» relativamente aos outros trabalhadores.

No que respeita aos contratos a prazo, a proposta, depois de exigir «a reformulação do regime de vínculos à administração», nomeadamente quanto à integração no quadro, reafirma que devem ser abolidas as situações escandalosas de contratos por prazo indeterminado e de contratos de curto prazo, sucessivamente renovados (ou não!) por mera vontade da administração.

Equiparar os salários aos do restante sector público

Em 1980, apesar da oposição do Governo que em várias ocasiões levou os trabalhadores à luta pela contratação colectiva, poucas foram as empresas públicas que tiveram aumentos salariais inferiores a 23 por cento. Sublinhando

a necessidade de equiparar os salários da Função Pública ao do restante sector público, a proposta dos TFP recorda os aumentos salariais na Marcon (25%), na Portucel (23%), na Petroquímica (23%), na Petrolgal (24,5%), na EPAL

Rever a Constituição e não substituí-la!

Era preciso acordar e olhar de frente — ou de lado que fosse — a realidade saída das últimas eleições. Foi o que na Assembleia se fez — ou se tentou fazer —, no dia seguinte à evocação das figuras políticas desaparecidas. Declarações políticas do Partido Socialista, do PCP e do PSD marcaram a sessão da passada quinta-feira.

Pelo PS falou Salgado Zenha: um tom e um discurso diferentes do da véspera. Não era a linguagem apontada à conciliação com a direita, disposta a lamentar o que se passava no passado dos socialistas, do partido agora liderado por Pinto Balsemão. O cume do discurso, nos antipodas do de Mário Soares, versava a questão da revisão constitucional. Relembrando ainda as circunstâncias em que decorreu o acidente que provocou a morte dos dirigentes da «AD» Sá Carneiro e Amaro da Costa, Salgado Zenha não deixaria de verberar o «aproveitamento partidário efectuado pela comunicação social estilizada de tão dolorosos acontecimentos».

O tom estava dado. A simpatia desapareceu nas faces dos deputados da direita. Cranzinho o corvo, ouviram mais: «O respeito pelos mortos, o respeito pelo carácter nacional das exéquias,

o decoro cívico, impunham seguramente um comportamento menos incivilizado». Não é compatível com as regras da democracia o estado actual da comunicação social estilizada que descambou no mais puro estilo propagandístico dos velhos tempos, com aberta violação das mais elementares regras da moral e do equilíbrio.

Enveredando pela apreciação dos resultados eleitorais, o deputado socialista, que acusava a tese de «rumo à direita presidencial», teve que foi cara aos partidos da «AD» até concluir pela sua impossibilidade, sublinharia que «o PS é e continuará a ser oposição democrática ao Governo da AD». Mário Soares não o ouvia. Passeavam nos «Passos Perdidos».

Rever a Constituição

Pronunciando-se a favor de uma revisão «consensual» da Constituição, que respeite a maioria de dois terços exigida na própria lei fundamental, o deputado do PS avisou a memória curta da «AD»: «tal revisão consensual não seria possível sob a ameaça da ponta da espada referendária do general Soares Carneiro e não o elegendo

o povo português rejeitou claramente o seu desígnio insensado e antidemocrático».

«Essa revisão consensual», disse ainda, «deverá resultar da cooperação de todos, e não apenas de alguns. E deverá processar-se à luz do dia, em debate aberto e público, onde sejam explanadas e defendidas as teses fundamentais apresentadas».

Após a intervenção de Lino Lima, que falou pelo Partido Comunista, e cuja intervenção publicamos na íntegra, a palavra foi dada a Amândio de Azevedo, do PSD. Para este nervoso deputado da «AD», a eleição do general Ramalho Eanes é uma catástrofe. Há que aceitá-la, entretanto.

«Mas isto não significa que alteremos, no mínimo que seja, a nossa posição no que respeita ao que julgamos serem as consequências naturais da reeleição do general Eanes para a Presidência da República», afirmou. «Continuamos a pensar que representa um grave obstáculo à institucionalização de uma democracia plena em Portugal, porque torna extremamente difícil, se não impossível, a alteração da Constituição (...)

Apontou os «perigos»: não ser eliminado o Conselho da

Revolução, não virem a ser as Forças Armadas colocadas na dependência do poder civil, não ser a Constituição moldável aos projectos políticos das maiorias parlamentares.

O deputado comunista Vital Moreira, responderia num protesto: «A eleição do general Ramalho Eanes é um óbice à Constituição da AD», à liquidação desta Constituição e à sua substituição por uma Constituição apenas dele, uma Constituição «AD». É e é curioso agora, passados quatro anos, ouvir o sr. deputado Amândio de Azevedo dizer que a aprovação da Constituição da República foi um golpe cravado na espinha do PCP. Então como compreender que nós a tenhamos votado e que ao longo destes anos se tenha acusado a Constituição de ser a Constituição do PCP? (...) O significado que demos à eleição do general Ramalho Eanes não foi o de que a revisão da Constituição não deve ser feita, mas o de que a Constituição da «AD» não passará contra a Constituição que temos, e que aquilo que eventualmente vai fazer-se é a revisão, o aperfeiçoamento, a correcção da Constituição que existe e não a sua substituição por uma Constituição «AD».

Seria hipócrita ocultar o essencial

Em nome do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, queremos lamentar a trágica ocorrência que vitimou o dr. Sá Carneiro, o eng.º Amaro da Costa, o dr. Francisco Gouveia e os seus acompanhantes.

Fazêmo-lo aqui, como em outras oportunidades e locais o fizemos já camaradas meus, representantes das organizações e objectivos políticos dos falecidos.

E hoje seria hipócrita qualquer tentativa para ocultar o essencial, isto é, a nossa irreductível oposição ao projecto de Sá Carneiro e Amaro da Costa, ao projecto político da «AD».

O respeito que nos merecem os mortos con-

das divergências em relação às organizações e objectivos políticos dos falecidos.

Em nome do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, queremos lamentar a trágica ocorrência que vitimou o dr. Sá Carneiro, o eng.º Amaro da Costa, o dr. Francisco Gouveia e os seus acompanhantes.

Fazêmo-lo aqui, como em outras oportunidades e locais o fizemos já camaradas meus, representantes das organizações e objectivos políticos dos falecidos.

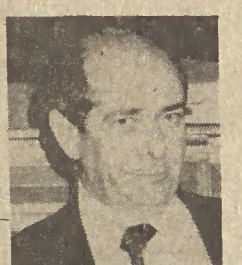
recem os mortos contrasta, aliás, com o ignóbil aproveitamento político feito a propósito da sua morte.

Hoje é tão difícil falar dos mortos, das atitudes, das posturas políticas dos falecidos, sem pensarmos no significado do profundo e na nitidez e inquestionável derrota que ao seu projecto infligida, pela vontade da

maioria dos portugueses, expressa sem equívoco e sem dúvidas, pelos resultados das últimas eleições presidenciais.

E pois com inteira clareza e com este espírito de verdade que a nossa intervenção nesta Assembleia tem de ser entendida.

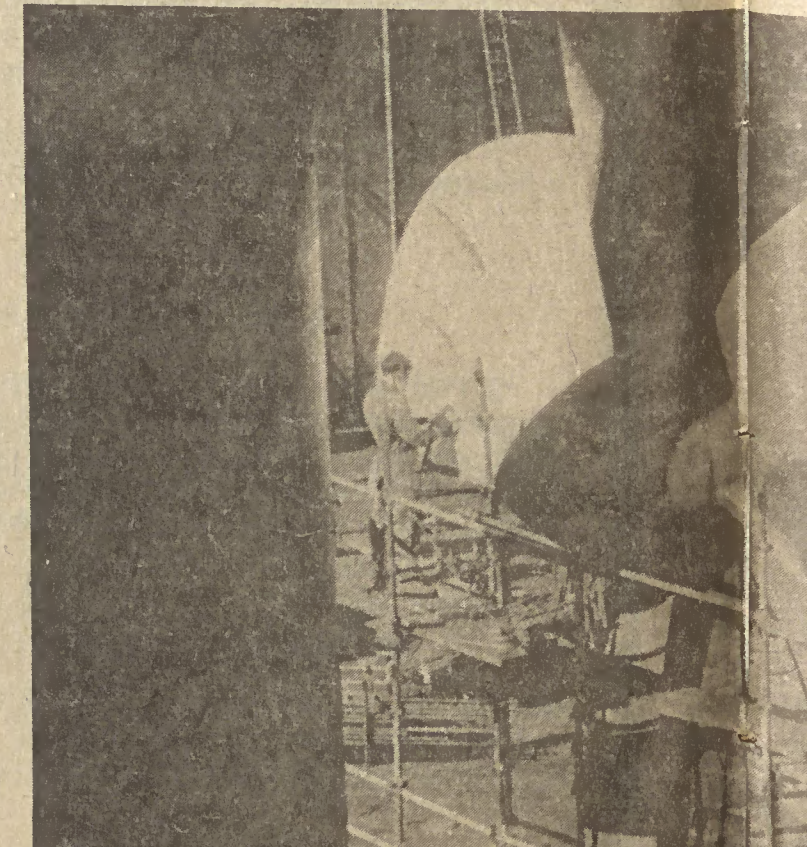
Derrotando o general Soares Carneiro, esses milhões de portugueses meteram a pique o projecto das forças reaccionárias de concentrar nas suas mãos todos os órgãos do poder, fazendo deles uma ininterrupta cadeia onde poderiam correr à vontade, em especial na caça aos direitos e liberdades dos cidadãos, brandindo o estado de sítio e o estado de emergência como ameaça permanente suspensa sobre as cabeças do povo português em geral e dos partidos democráticos e organizações sindicais em



Veiga de Oliveira (10/12/80)



Lino Lima (11/12/80)



Realce especial mereceram os problemas da organização e da sindicalização, designadamente o desenvolvimento da organização de base.

Sem as autarquias o ensino primário não funcionava

A política seguida pelo Governo «AD» em matéria de ensino teria levado as escolas em geral e as do ensino primário em particular a uma situação de completa ruptura, se as autarquias empenhadas na defesa dos interesses da população não tivessem assumido responsabilidades que não lhes pertencem e tomado medidas para o evitar.

São conhecidas as inovações demagógicas introduzidas pelo aparelho central nesta matéria, nomeadamente no que se refere ao ensino obrigatório a partir dos seis anos de idade. Como também são do conhecimento geral as condições inadmissíveis em que se encontram milhares de salas de aulas, onde chove no Inverno e se torra no Verão, com tectos que ameaçam cair a todo o instante (e alguns já caíram mesmo) e pisos onde é fácil ter um acidente.

Ninguém ignora ainda que a falta de escolas é já um mal crónico no País, anualmente agravado pelo total desfazamento entre a expansão da população em idade escolar e a construção de novas salas.

Nestas condições, o ensino obrigatório a partir dos seis anos (que seria uma boa medida em condições normais) só serviu para agravar os problemas. As turmas atingiram níveis perfeitamente incomportáveis, juntando numa mesma amalgama crianças que ainda não têm seis anos, as de seis e as de sete, com todos os

inconvenientes que o facto acarreta do ponto de vista pedagógico, quer para os alunos quer para os professores.

Como se tudo isto não fosse suficiente, há ainda a registar a estranha decisão de os organismos oficiais competentes se recusarem a equipar as escolas que não são construídas pela Direcção-Geral das Construções Escolares, dificultando deste modo a acção louvável de muitas autarquias que decidiram tomar a iniciativa.

É o que se passa, por exemplo, no concelho do Seixal, que tal como muitos outros se viu abraçado com a falta de salas para a sua população escolar. Neste concelho, a população quase triplicou nos últimos seis anos. Enquanto no ano lectivo de 73/74 existiam 3755 crianças matriculadas no ensino oficial (não há dados quanto à frequência nos estabelecimentos particulares), em 80/81 estão matriculadas 8229 crianças.

A construção de novas escolas, cuja responsabilidade é ainda do aparelho central, não acompanhou

esta expansão demográfica, não obstante a autarquia ter elaborado um plano que previa a construção de 197 novas salas, plano esse que viria a ser aprovado pelo MEC, colocando à sua disposição a quase totalidade dos terrenos necessários para o efeito.

Em vez das 197 previstas o Governo apenas construiu no concelho do Seixal 26 novas salas!!!

Tentando atenuar a situação criada, a Câmara Municipal decidiu enveredar por soluções que, embora precárias, permitiram manter uma média «razoável» de alunos por sala, como se vê no quadro junto. Para tanto utilizou milhares de contos do seu magro orçamento, desfalcado como se sabe pela não aplicação integral da Lei das Finanças Locais. No presente ano lectivo, com a entrada obrigatória de crianças com seis anos, a Câmara viu-se novamente obrigada a tomar medidas, recorrendo ao aluguer de salas, à transformação de edifícios municipais para o efeito e à aquisição do respectivo equipamento.

Criaram-se desta forma mais 18 salas de aula, baixando a média de alunos para 55,6 por sala, o que embora seja um índice elevado sempre é preferível aos 63,3 alunos por sala que resultariam sem as novas instalações.

Mas o esforço da autarquia (em que têm tido um papel importante as Juntas de Freguesia) não fica por aqui. Como o poder central não assume as suas responsabilidades, são ainda as autoridades autárquicas que pagam subsídios à delegação escolar para contratação de funcionários para limpeza das escolas primárias (trinta e cinco mil escudos mensais), que fornecem leite em pó para as crianças (28 500 litros) e se preocupam com a impermeabilização dos pavilhões escolares, como a que se vai fazer em Fêmeo Ferro pelo valor de 50 825\$00.

As soluções encontradas, porque pontuais e provisórias, não resolvem os problemas de fundo que nesta matéria se agravam cada vez mais. E por mais boa vontade que as autarquias progressistas tenham, as suas capacidades financeiras são limitadas. Urge tomar decisões.

A aplicação integral da Lei das Finanças Locais e a entrada em vigor da lei da delimitação de competências são questões que não podem continuar a ser adiadas. E se há que pôr em causa a capacidade de intervenção de alguém, não é certamente a das autarquias que se dedicam verdadeiramente à defesa dos interesses da população.

No Seixal a gestão autárquica passa também pela cultura

Para o comum das pessoas falar de atribuições e competências das autarquias locais prende-se essencialmente com o arranjo das ruas, construção de esgotos, planos de urbanização, licenças várias.

Mas a verdade é que a intervenção autárquica não se esgota nessas questões vulgarmente consideradas de primeira ordem, tão grandes são as carências imediatas dos municípios. Visando, por definição legal, a prossecução de interesses próprios das populações respectivas, as autarquias têm um importante papel a desenvolver em todos os campos que de algum modo estejam relacionados com o desenvolvimento e bem estar da sua comunidade.

É assim que, ao contrário do que muitas vezes se pensa, os órgãos de poder local podem e devem intervir em sectores como o desporto, educação e cultura. Relegados em geral para um plano secundário, por razões que se prendem com a falta de meios mas também (se não mesmo sobretudo), com uma certa subvalorização,

as actividades culturais e recreativas estão longe de ser tidas em conta como merecem no âmbito da formação do indivíduo.

Com todas as suas limitações de ordem vária, há no entanto autarquias que se vêm distinguindo pela forma consequente com que se empenham na promoção das actividades culturais e recreativas, nomeadamente.

É o caso, entre outras, da Câmara Municipal do Seixal.

Só a título de exemplo do muito que aquele município tem feito nestes domínios, atente-se nas informações dadas a propósito nas «notícias breves» do Boletim Municipal do passado mês de Novembro.

No que se refere à prática desportiva a Câmara aprovou a concessão de um subsídio suplementar em materiais de construção ao Amora Futebol Clube, bem como o fornecimento de materiais de construção para obras de beneficiação no Campo de Jogos do Centro Cultural e Recreativo do Alto do Moinho. Com o patrocínio camarário iniciou-se em

meados de Outubro mais um curso de reciclagem para animadores voluntários desportivos.

O apoio a colectividades e organizações populares é também significativo. Ao serviço das primeiras, durante o mês de Outubro, as viaturas da Câmara percorreram cerca de 428 quilómetros, enquanto as segundas, em materiais de construção, foram fornecidos mais de três mil contos.

As actividades culturais são particularmente acarinhadas pela edilidade seixalense. Para oferta à população, a Câmara adquiriu dois espectáculos musicais (30 000\$00) realizados no refeitório da Mundet e na Escola Secundária de Amora. No fim do mês passado os municípios puderam assistir, gratuitamente, à peça de teatro «Que farei com este livro», de José Saramago, representada em Almada pelo Grupo de Campolide. Os bilhetes foram distribuídos pelas Juntas de Freguesia do concelho.

Também por iniciativa camarária o Grupo de Teatro «O Bando» deslocou-se no início de Novembro às escolas primária de Miratejo, Corroios

e Foros de Amora, onde realizou vários espectáculos.

De registar ainda a participação da Câmara Municipal do Seixal na realização de cursos de Projectação (Cinema) e Fotografia, organizados pelo Centro Cultural de Almada, que beneficiam doze elementos de várias colectividades do concelho.

Esta simples listagem, se diz muito do interesse municipal, nada refere do esforço, tenacidade e trabalho colectivo que permite levar a cabo essas e muitas outras iniciativas. E é importante não esquecer que para dar vida a centros de convívio, parques desportivos, centros de ocupação de tempos livres a autarquia «apenas» dispõe de alguns materiais, muita vontade e uma estreita ligação com as populações. É desse conjunto que resulta o trabalho criativo, o empenhamento, a iniciativa.

Embora não se possa dizer que tais ingredientes sejam «quanto basta», o certo é que são o indispensável para promover o progresso e o bem-estar das populações.

Situação Escolar do Ensino Primário no Concelho do Seixal *

ANO LECTIVO OUTUBRO 79-80							ANO LECTIVO OUTUBRO 80-81					
FREGUESIAS	SALAS	TURNOS	PROF.	ALUNOS	MÉDIA P/SALAS	MÉDIA P/TURNO	SALAS	TURNOS	PROF.	ALUNOS	MÉDIA P/SALAS	MÉDIA P/TURNO
PAIO PIRES	18	35	41	928	51,55	26,51	17	32	42	787	46,29	24,59
ARRENTELA	19	38	40	1097	57,73	28,87	26	50	60	1321	50,96	26,50
SEIXAL	10	19	26	475	47,50	25,00	10	19	26	480	48,00	25,26
AMORA	49	101	110	2892	59,00	28,63	51	104	150	3218	63,09	30,94
CORROIOS	34	66	71	1865	54,85	28,26	44	91	105	2423	55,06	26,62
Totais	130	259	288	7257	55,82	28,01	148	296	383	8229	55,60	27,80
SEM A COLABORAÇÃO DA CÂMARA E DAS POPULAÇÕES A SITUAÇÃO ESCOLAR SERIA DE COMPLETA RUPTURA												

* Do Boletim Municipal do Seixal (n.º 43)

Bairro 25 de Abril em Linda-a-Velha recebe mais 32 famílias

O 25 de Abril de 1981 vai ser dia de grande festa em Linda-a-Velha — serão entregues as últimas casas da Associação de Moradores do Bairro 25 de Abril daquela localidade.

Nesse dia, as 192 famílias que formam a Associação terão conseguido atingir o objectivo que se propuseram em Abril de 1974, o direito a ter a sua própria casa.

Não foi fácil esta luta, iniciada já há mais de cinco anos. Como os sócios contam, o primeiro problema surgiu com a falta de uma sede, de um local onde pudessem organizar a sua Associação. Mas ultrapassaram esse obstáculo ocupando uma casa como sede provisória. O passo seguinte foi a obtenção de terrenos e o financiamento necessários à construção. Não foi tarefa fácil.

O primeiro financiamento recebido do Fundo de Fomento de

Habitação foi de quarenta e sete mil contos, a um juro de três por cento.

A verba era insuficiente e o pedido de reforço era inevitável. Assim chegaram mais trinta e sete mil contos, só que desta vez o juro é progressivo, de quatro a quatorze por cento. A situação agravava-se com o facto de a amortização desta segunda verba se ir iniciar sem as casas estarem ainda ocupadas, ou seja, sem darem rendimento. Só que a força, a determinação e a unidade que deram vida ao sonho de trocar barracas por uma casa a sério mantêm-se presente.

As dificuldades serão superadas. Como o foram de resto as etapas difíceis da atribuição sucessiva das

casas, sempre em Assembleias Gerais de Sócios. Houve então que analisar cada situação particular, as prioridades, as situações mais carenciadas.

Ou ainda a coragem e a força para realizar as obras em administração directa, controlando a qualidade, os custos e o ritmo de construção.

As compensações foram chegando aos poucos. Em 25 de Abril de 1979 o sonho começou a tornar-se realidade. Foram entregues as primeiras 36 habitações. Seis meses depois mais 28 famílias passaram a ter uma casa condigna. O trabalho duro produziu os seus frutos.

Já no corrente ano, em Março, outras 26 casas eram entregues, logo seguidas de mais 42 no mês de Agosto. Dia 6 de Dezembro também foi dia de festa, pois houve

nova entrega, desta vez de 32 habitações. É dia de festa rija dado que se inaugurou ao mesmo tempo a nova sede da Associação de Moradores — aspiração antiga —, que dispõe de sala de convívio, bar, sala para a direcção da Associação e sala para a direcção do Grupo Desportivo e Cultural do Bairro 25 de Abril.

A par do realojamento das 132 famílias o Bairro foi sendo dotado com o equipamento colectivo indispensável, tendo iniciado a sua actividade no mês passado a Creche/Jardim Infantil, com capacidade para 125 crianças.

Este exemplo vivo de como a união faz a força não se perderá certamente com o cumprimento do projecto inicial. Muitos outros problemas haverá para resolver e na unidade nada será impossível.

Porto de abrigo de Sesimbra vai começar em 1981?

A construção do novo Porto de Abrigo de Sesimbra, aspiração antiga dos pescadores daquela vila, deverá iniciar-se no próximo ano, de acordo com declarações feitas pelo Director-geral de Portos aos responsáveis pela autarquia sesimbrense.

Os esforços para dotar a vila com um Porto de Abrigo que garanta uma maior segurança aos pescadores e permita simultaneamente o alargamento da frota e do calado dos barcos, a criação de infra-estruturas de apoio à pesca e o melhoramento das condições de entrada no porto, datam já de antes do 25 de Abril, se bem que só desde então se tenham dado passos concretos nesse sentido.

Com efeito, em 1974, a então Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Sesimbra, juntamente com as estruturas representativas dos pescadores e as ligadas à actividade piscatória e aos armadores, iniciou o processo para a viabilização do Porto. As dificuldades encontradas, nomeadamente a falta de vontade política para resolver a questão, fizeram com que o problema se arrastasse durante os últimos seis anos, sem que no entanto as partes interessadas desistissem do projecto.

Assim, a Câmara Municipal de Sesimbra desenvolveu um intenso trabalho junto dos organismos oficiais, designadamente a Junta Autónoma do

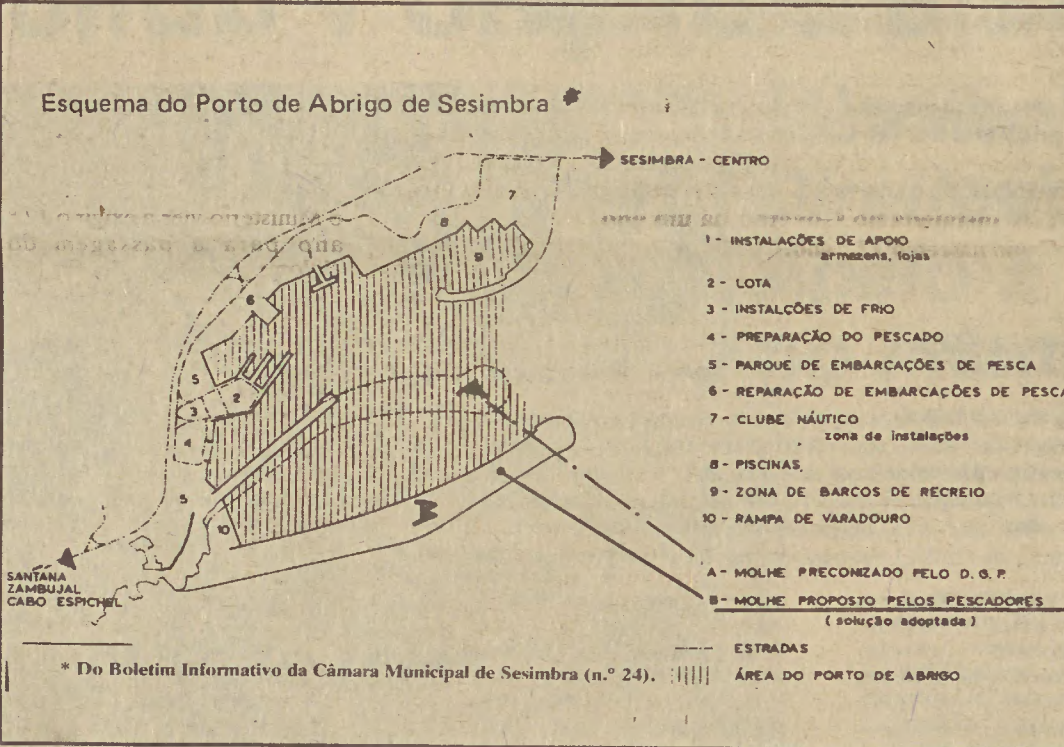
Porto de Setúbal e a Direcção-Geral dos Portos, conseguindo em tempos desta última entidade um estudo sobre a viabilidade económica e um ante-projecto do Porto. Tendo-se concluído que a construção de um novo molhe na baía de Sesimbra se justificava plenamente pela sua utilidade local e nacional, avançou-se com a criação de um Secretariado para o desenvolvimento do porto de abrigo, onde estão representadas as estruturas

representativas de pescadores, de armadores e o município.

Como se salienta num artigo sobre o assunto publicado recentemente no Boletim Municipal de Sesimbra, os contactos da Câmara com o Poder Central obrigaram os vários Governos a encarar o problema de uma forma realista. Embora da parte deles tenha sempre existido lentidão na acção a desenvolver, a verdade é que já existe um contrato com a RFA para

financiamento de obras portuárias, onde se inclui o nosso porto de abrigo.

A recente visita de técnicos e de responsáveis pelo Banco estatal da RFA a Sesimbra parece indicar que finalmente foi vencida a inércia e que as obras vão começar, em 1981. Como diz o Município de Sesimbra, assim haja vontade política do actual Governo para a concretização das promessas feitas.



* Do Boletim Informativo da Câmara Municipal de Sesimbra (n.º 24).

Materiais de estudo

editados por

edições Avante!

Discursos de Álvaro Cunhal

A série de *Discursos* de Álvaro Cunhal, publicada pelas Edições «Avante!», constitui uma valiosíssima e muito completa colectânea de intervenções públicas do secretário-geral do PCP. Nos 12 volumes já publicados (que, com os dois abaixo referidos, em breve à venda, somam cerca de 4000 páginas), o leitor encontrará não apenas discursos que clarificam os momentos decisivos do processo revolucionário português, mas também uma ampla e completa panorâmica da vida política nacional desde o 25 de Abril. Os *Discursos* de Álvaro Cunhal são assim valiosa obra de referência, de reflexão e de estudo.

À VENDA

Os chamados governos de iniciativa presidencial

Como este título, estão à venda os volumes XIII e XIV dos *Discursos* de Álvaro Cunhal. Estes dois volumes incluem os discursos proferidos entre Julho de 1978 e Outubro de 1979 (governos Nobre da Costa e Mota Pinto).



Culminando o processo de unificação da UJC e da UEC, o 1.º Congresso da JCP realizou-se em 24 e 25 de Maio de 1980, em Lisboa.

O 1.º Congresso da JCP constitui um marco histórico na vida da Juventude Comunista. As suas repercussões e as suas justas conclusões far-se-ão repercutir na luta e no movimento juvenil, dando-lhe mais força, confirmando o seu papel de aguerido destacamento do movimento popular que, seguramente, defenderá e consolidará o regime democrático e as outras históricas conquistas de Abril.

Este livro, tornando públicos e divulgando, não só os documentos aprovados pelo Congresso, mas também as intervenções produzidas ao longo dos trabalhos, constitui um instrumento de trabalho valioso para todos quantos queiram conhecer a realidade do movimento juvenil em Portugal e o papel que nele assume a sua vanguarda revolucionária — a Juventude Comunista Portuguesa.

À venda

O caso da fábrica de papel em Muge A Soporcel quer, o Governo manda!

Veio a público subrepticiamente que vai ser instalada uma fábrica de celulose no concelho de Salvaterra de Magos, freguesia de Muge — a Soporcel.

Porquê uma nova fábrica de celulose, porquê instalá-la ali, são duas questões fundamentais que importa esclarecer.

As fábricas de pasta de celulose não são, em si, um pecado ou um crime. O papel é cada vez mais necessário, a sua produção faz-se essencialmente a partir da pasta de celulose e as fábricas existem há muitos anos.

Mas as fábricas de celulose estão internacionalmente consideradas entre as unidades fabris potencialmente mais poluentes.

A evolução da técnica tem permitido a adaptação de processos anti-poluentes cada vez mais eficientes — simplesmente cada vez mais caros. Nos países socialistas, onde o homem é o centro das preocupações, esses processos têm sido sistematicamente introduzidos e utilizados, de tal forma que a actividade das fábricas de celulose de facto não é poluente. Mas nos países capitalistas, onde o centro das motivações é o lucro, a tendência é exportar para os países mais atrasados os riscos da fabricação da pasta que os países mais desenvolvidos depois utilizam para o fabrico do papel: é assim que os capitalistas respondem à opinião pública nesses países em que os povos exigam cada vez mais a salvaguarda do ambiente.

Tal como foi demonstrado na Conferência do PCP sobre o Mercado Comum, a Europa da CEE reserva a Portugal um papel de produtor de matéria-prima florestal para o fabrico da pasta celulósica. E conta para essa decisão o facto do crescimento das árvores ser muito bom e haver grandes áreas aptas para a floresta; mas também conta a sua convicção de que em Portugal a população não dará

importância às questões do ambiente, tendo por isso condições para suportar, sem oposição, as consequências da poluição.

Dentro desta perspectiva, e fundamentalmente na mira de muito maiores lucros do que aqueles que eram possíveis no nosso país, os colonialistas portugueses interessaram-se pela instalação em Angola numa fábrica de celulose — a CELANGOL — para a qual obtiveram vultoso apoio da Sociedade Financeira. Com o derrube do regime fascista e colonialista esse «empreendimento» não foi, obviamente, por diante. Mas o equipamento fabril, já comprado, passou a pagar milhares de contos de

ção da localização da fábrica naquela área, expressa nomeadamente pela Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova e pelos dois órgãos municipais de Soure. E assim, à Soporcel restava a outra hipótese (Salvaterra) — que todavia era liminarmente excluída por diversas entidades oficiais consultadas.

Pois bem, a Soporcel decidiu optar exactamente pela localização em relação à qual a generalidade das entidades oficiais competentes levantavam maiores objecções: Muge (Salvaterra)! A localização preferida pela Soporcel é extremamente perigosa para a vida da região.

A empresa faz o canto da sereia: 500 novos

radicalmente a utilização da capacidade produtiva agrícola.

Acrescenta-se ainda que o Tejo e a sua margem sul são extremamente delicados do ponto de vista ecológico, a tal ponto que já hoje não é permitido fazer novos furos de captação de água sem a devida apreciação, nem é permitida a descarga de esgotos para o rio (a pequena povoação de Valada tem há anos o seu sistema de esgotos montado e sem funcionar devido a esse problema, e no entanto a fábrica produziria diariamente uma carga orgânica equivalente a uma população de 300 000 habitantes!). Ali existem reservas naturais de protecção de várias espécies animais e vegetais, e tem suscitado o alarmado interesse dos ecologistas.

Estas breves notas mostram os riscos evidentes que acompanham a escolha feita pela Soporcel. As populações começam já a ter a noção de que os 500 novos postos de trabalho são bem pouco quando comparados com os previsíveis prejuízos.

Importa criar novos empregos, e mais riqueza, mas sem ser através da destruição da riqueza e dos postos de trabalho que já existem. Importa desenvolver, mas preservar os recursos naturais e defender a qualidade de vida.

A região está carecida de tudo isso, mas esta não será a melhor solução.

Têm de ser os portugueses a fazer as suas opções, tendo em conta os seus interesses, e não sujeitarem-se às opções que os estrangeiros façam; a beterraba, por exemplo, pode ser uma das soluções, e também uma fábrica esteve prevista para Muge.

O problema carece duma apreciação rigorosa em ordem à defesa dos interesses locais e nacionais. Não devemos permitir — e as populações locais não permitirão — que se crie um «facto consumado» com tantos riscos.

● O governo «AD» comporta-se como um executivo do capitalismo

armazenamento nos portos em que se encontra a aguardar embarque.

Para esta situação, em si delicada, não foi buscada uma solução capaz. E agora, com o executivo do capitalismo no Governo, e com a definição do papel que a CEE nos reserva, a Soporcel entendeu ser oportuno avançar e instalar a sua fábrica.

O Governo deu imediata cobertura a esses desígnios, e para tirar do caminho todos os escolhos deu-lhe até a liberdade de escolher a localização que melhor lhe aprobever nos concelhos de Figueira da Foz ou Salvaterra de Magos.

Consultados os órgãos autárquicos daquela região do distrito de Coimbra, foi peremptória a rejei-

postos de trabalho, etc.; mas tem fugido a fornecer os elementos objectivos para apreciação cabal do projecto exigidos pelas entidades oficiais competentes.

Desde já importa notar que sendo a região de altíssimo interesse agrícola, toda ela corre o risco de se ver profundamente alterada: por um lado os riscos de poluição que poderia contaminar toda a área a juzante que utiliza águas do Tejo para rega; por outro lado, a inevitável alteração dos níveis do lençol freático com as correspondentes situações de seca que se criariam; finalmente pela tendência que se desenvolveria para substituir culturas agrícolas e mesmo montados, por eucaliptais, transformando

12.º ano de escolaridade Erros e consequências de uma política de improviso

Continua na ordem do dia o problema do 12.º ano de escolaridade, sucessor do Ano Propedéutico criado em 1976 por iniciativa do então ministro Sottomayor Cardia (PS) com o aplauso de toda a direita.

Numa altura em que acaba nos outros graus de Ensino o primeiro período lectivo, o balanço que se pode fazer do 12.º ano é verdadeiramente preocupante e ao mesmo tempo revelador das consequências da política de improviso da «AD» instalada no Governo há um ano.

Como nasceu o 12.º ano?

Sem qualquer debate prévio com os sectores mais ligados à esfera do Ensino, sem qualquer estudo profundo da situação do Secundário e da Universidade, o Ministério dirigido pelo sr. Vítor Crespo decidiu que no presente ano lectivo funcionaria o 12.º ano de escolaridade, terminando assim o Ano Propedéutico (leccionado pela TV), que a esmagadora maioria da opinião pública relacionada com a Educação, os professores, os estudantes, os pedagogos, firmemente condenaram desde o início. No fim, até a direita «protestou» contra o modo de funcionamento do Propedéutico...

Imagem clara do improviso é do eleitoralismo da marca «AD», o Governo acabou por lançar o 12.º ano. Os programas surgiram em fins de Agosto e os currículos apareceram sem qualquer base de objectividade, enquanto as poucas escolas previstas para

o seu funcionamento se localizam apenas nas capitais de distrito, reforçando ainda mais a elitização do Ensino em Portugal.

Quem responde?

Pode mesmo dizer-se que o 12.º ano foi condenado desde o início ao fracasso. Nasceu torto nos corredores e nos gabinetes do Ministério. Continua torto nas escolas improvisadas (uma em Setúbal e três em Lisboa destinadas exclusivamente ao 12.º ano, e em escolas secundárias das outras capitais de distrito do país).

Ainda hoje se desconhece o «estatuto» ou a «definição» legal do 12.º ano. Várias organizações (estudantes, professores, etc.) interrogam: como vai ser para efeitos de habilitações académicas? como serve o 12.º ano para eventuais concursos profissionais? O diploma de habilitações completas do Ensino Secundário é passado com a concretização do 11.º ano

(antigo 7.º dos liceus)? Para que serve então o 12.º ano? É apenas um ano pré-universitário? Então, porque foi assinalado como prolongamento do 11.º ano?

De todas estas dúvidas, apenas duas conclusões podemos tirar: 1.ª — Se o Ministério vier a exigir o 12.º ano para a passagem do diploma completo do Ensino Secundário, viola abertamente a legalidade, pois só a Assembleia da República pode proceder a tal alteração; 2.ª — Como forma de ano pré-universitário, o 12.º também não está a responder, não só pelos obstáculos que muitos dos alunos ali aprovados têm enfrentado para entrar na Universidade, como pelo conteúdo e estilo de orientação que o têm caracterizado. Mesmo a chamada via profissionalizante do 12.º ano (alunos que não seguem a Universidade) não deu ainda quaisquer frutos visíveis uma vez que a política de emprego continua no mesmo impasse e na mesma desorganização, afectando em particular os jovens (em 1979, dos 343 mil desempregados existentes no país mais de 190 mil procuravam o seu primeiro emprego).

Entre outras, vejamos uma consequência...

Entre outras questões,

a desorganização do 12.º ano arrasta consigo uma consequência de primeiro plano (bem ao jeito da política da AD), que ainda recentemente foi denunciada pelo Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL) em conferência de Imprensa. Como na altura acentuou António Teodoro, presidente do Sindicato, tal desorganização «é um convite ao desenvolvimento do ensino particular lucrativo».

As famílias que podem pagar as mensalidades dos externatos e colégios não hesitam. Quanto aos alunos que não têm essas possibilidades, resta-lhes esperar... E quando chega a sua altura no Ensino Oficial, encontram escolas em atrasada fase de acabamento, com muitas deficiências e lacunas, sem material didáctico e pedagógico, sem o equipamento escolar necessário, sem estruturas desportivas, etc.

Como sublinhou António Teodoro, «a perspectiva que temos do 12.º ano de escolaridade aponta para a criação de um ano de transição e adaptação à carreira universitária, nomeadamente através do aprofundamento da investigação científica». «O que acontece», declarou o dirigente sindical, «é precisamente o contrário, até pelos conteúdos

programáticos, que se situam numa mera perspectiva expositiva de matérias, finalizando numa avaliação».

Entretanto, na sequência do atraso no início das aulas («as datas eram irrealistas, nada tendo a ver com a situação do Ensino em Portugal», palavras de António Teodoro), que, diga-se de passagem, não começaram a tempo em nenhum estabelecimento, e de muitas outras dificuldades nas escolas (incluindo grandes atrasos na construção!), o Ministério limitou-se a divulgar recentemente uma nota onde diz:

«... No corrente ano, aos alunos do 12.º ano de escolaridade não será atribuída classificação de frequência relativa ao primeiro período lectivo...»

A «justificação» encontrada pelo MEC para esta medida é que «vindo o 12.º ano na transição do Ano Propedéutico não poderia iniciar-se antes do termo da primeira candidatura ao ingresso no Ensino Superior». Esta «justificação» não serve. Engana apenas os cidadãos mais afastados da problemática do ensino no nosso país. Todos os outros sabem que isto não é verdade.

Tal argumentação deixa de convencer quem quer que seja desde que se saiba que o aspecto que podia condicionar o ingresso no 12.º



Os estudantes, principais atingidos pela política de indefinições do Ministério da Educação

ano seria a afixação dos resultados da última época de exames do Propedéutico. Só que estes resultados são do conhecimento público há já muito tempo. Mesmo que assim não fosse, as aulas podiam ter começado mais cedo visto que as inscrições têm sido feitas a título provisório, estando previstas apenas para Janeiro as matrículas.

O pretexto referido pelo MEC (a primeira candidatura

de ingresso) torna-se mais enganador ainda quando se sabe que essa fase inicial não representa o fim das colocações dos alunos candidatos à Universidade. Faltam ainda duas fases: a 2.ª, destinada aos estudantes que fizeram o Ano Propedéutico na época de Setembro e aos que não conseguiram vaga na primeira fase; e uma fase especial, destinada ao preenchimento dos lugares que eventualmente

tenham ficado vagos após as fases anteriores.

A nota divulgada pelo Ministério tem outro ponto que não deixa de chamar a nossa atenção. Em vez de iniciarem as suas férias hoje, como sucede com os outros graus de Ensino, os alunos do 12.º ano só depois de amanhã regressam a casa. É caso para perguntar: será que dois dias compensam os atrasos de semanas a fio?...

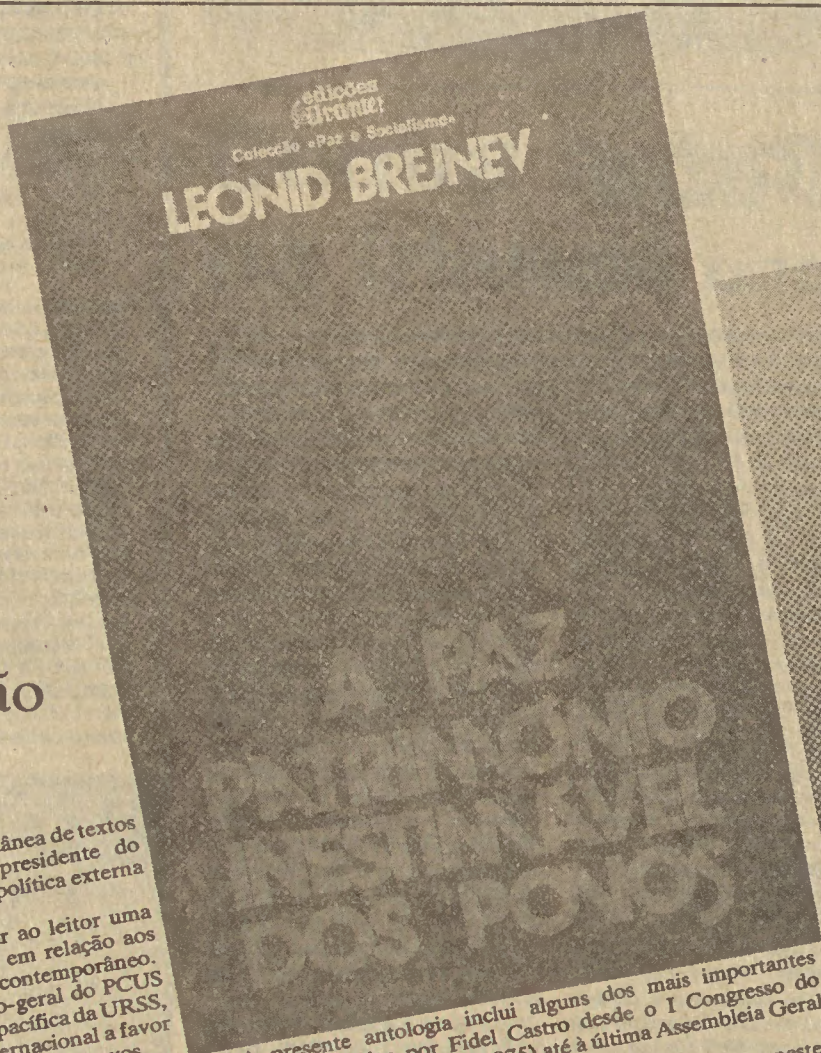
Um Combate de Todos! Paz e Socialismo Uma nova colecção

edições Avante!

O presente volume é constituído por uma colectânea de textos de L.I. Brejnev, secretário-geral do PCUS e presidente do Presidium do Soviete Supremo da URSS, sobre a política externa da União Soviética.

A colectânea está organizada de modo a dar ao leitor uma visão de conjunto da política externa da URSS em relação aos problemas e regiões mais importantes do mundo contemporâneo.

De uma forma clara e rigorosa, o secretário-geral do PCUS expõe os fundamentos da política de coexistência pacífica da URSS, as linhas fundamentais da sua acção na arena internacional a favor da paz, da democracia, da libertação e do progresso dos povos.



A presente antologia inclui alguns dos mais importantes discursos proferidos por Fidel Castro desde o I Congresso do Partido Comunista de Cuba (1975) até à última Assembleia Geral da ONU (1979).

Num estilo vibrante e entusiástico, Fidel Castro evoca nestes seus discursos alguns dos momentos mais gloriosos da história de Cuba e algumas das questões mais importantes da construção do socialismo na Ilha da Liberdade.

A NOSSA LUTA É A LUTA DO POVO



O Encontro Nacional de Saúde do PCP, efectuado em 10 e 11 de Maio de 1980, representou um momento particular de análise, reflexão, discussão e propostas de solução de alguns problemas da Saúde.

Este livro pretende dar conta do que foi esse Encontro, parte integrante de um processo de lutas, dificuldades e trabalhos que continuará até que o Povo português veja concretizado na prática o seu direito à Saúde.

À venda

República de Cuba

Cinco anos depois, o II Congresso

Cinco anos depois do I Congresso, realizado em Dezembro de 1975 no Teatro Karl Marx de Havana, começarão hoje e prolongar-se-ão até domingo os trabalhos do II Congresso do Partido Comunista de Cuba, cujo início será assinalado com a leitura do Relatório do Comité Central, apresentado aos delegados e aos convidados estrangeiros de todos os continentes — entre os quais uma delegação do PCP, chefiada por Octávio Pato — pelo Primeiro Secretário do PCC, camarada Fidel Castro.

Cuba foi a última colónia de Espanha na América Latina e tornou-se o primeiro país socialista desse hemisfério. Esta feliz síntese de Fidel, enunciada perante o I Congresso, dá bem a ideia do que tem sido o itinerário glorioso, construído de lutas e sacrifícios, mas também de confiança e esperança, de um povo temperado no duro combate contra o colonialismo e o imperialismo em condições extremamente adversas, desde logo as impostas pela sua situação geográfica, a dois passos — menos de 200 kms! — do país mais poderoso do mundo capitalista e dentro daquilo que os estrategos norte-americanos sempre consideraram ser uma sua exclusiva «zona de influência».

Uma espinha incómoda

Quando, em 1959, os revolucionários cubanos terminaram vitoriosos a sua descida dos cumes da Sierra Maestra, Washington e Wall Street sofreram um primeiro abalo, mas durante alguns dias alimentaram a ilusão de que seria ainda possível recuperar para o seu lado esse aparentemente exiguo grupo de exóticos e mal vestidos barbudos armados, cujos projectos para o futuro, em boa verdade, o mundo ainda desconhecia.

A pouco e pouco, porém, as ilusões foram-se desfazendo. O povo acolhia em apoteose os guerrilheiros triunfantes e aclamava em massa as suas primeiras medidas dirigidas para a transformação radical das estruturas económicas e sociais de uma nação que, pela primeira vez na sua história, tomava nas mãos os seus destinos e conhecia uma vida autónoma, liberta dos mecanismos de exploração que faziam dela, apesar de formalmente independente,

uma verdadeira colónia, na mais brutal expressão do termo, do poderoso vizinho do norte.

A partir de então e até hoje, Cuba socialista não deixou de ser uma incómoda espinha atravessada na garganta do imperialismo. Os actos de sabotagem e de banditismo contra-revolucionários, apoiados em mercenários infiltrados do exterior e naqueles que, no interior do país, viam os seus privilégios desmoronar-se em favor do povo secularmente explorado e sedento de justiça, foram desde cedo as armas escolhidas pelos dirigentes norte-americanos para tentar destruir esse terrível «mau exemplo» para o mundo e principalmente para a América Latina, à qual, entretanto, uma outra arma breve se juntaria: o boicote económico, a tentativa de, pela fome e pela miséria, estrangular a jovem revolução.

Em Abril de 1961, e após longa e cuidada preparação, o imperialismo julgou ter chegado o momento para uma jogada mais forte, e na linha de intervenções planeadas pela CIA e de que muitos outros exemplos existem, dá-se a invasão armada. Sabe-se



A fracassada invasão de Playa Girón permanece como um símbolo da determinação do povo cubano em resistir às agressões do imperialismo. Diversos monumentos mantêm viva a memória desses dias inesquecíveis



a introdução no país de pragas e doenças capazes de eliminar plantas e animais, juntamente com o bloqueio económico, as pressões diplomáticas para isolar Cuba internacionalmente e a permanente acção subversiva da CIA (ler nesta página) têm sido realidades sempre presentes ao longo dos anos, e contra as quais o povo cubano ainda hoje tem de defender-se e lutar.

Luta esta em que, deve dizer-se, as vitórias sobrelevam largamente as derrotas. Porque a verdade é que num tal contexto tão duramente

construindo, enfim, os alicerces da sociedade socialista.

E isto, sem dúvida e em primeiro lugar, graças ao seu próprio esforço e determinação, ao seu heroísmo e empenhamento. Mas também com o apoio fraterno, desinteressado e insubstituível da comunidade socialista, em primeiro lugar da União Soviética, «baluarte do progresso mundial, que com a sua ajuda generosa em todos os campos contribuiu decisivamente para a sobrevivência da Revolução Cubana», conforme um dia disse Fidel.

Os erros e as realidades

Foi o primeiro grande balanço de todo este acidentado percurso que, em Dezembro de 1975, os mais de três mil delegados ao I Congresso do PCC realizaram, durante seis dias, em sessões plenárias e em comissões, no Teatro Karl Marx e outros recintos públicos de Havana. Um percurso, há que dizê-lo, não isento de percalços, por exemplo no campo da direcção económica, nas relações entre o Partido e o Estado, na própria direcção do Partido. Esses erros foram nessa altura pormenorizadamente citados e debatidos, e tomadas medidas para os corrigir.

«Não seríamos os revolucionários honrados — lia-se no Relatório do Comité Central — se, ao fazermos um relato da Revolução, deixássemos de assinalar com cruza, ante o I Congresso do Partido, que nem sempre fomos capazes de descobrir a tempo os problemas, evitar os erros, superar as omissões e actuar em absoluta consonância com os métodos de trabalho que devem presidir à direcção e ao funcionamento do Partido».

A verdade é que a construção do socialismo não se faz num dia, nem é possível concebê-la como um processo linear, uma marcha triunfante entre rosas rumo aos amanhãs que cantam... O passado e o presente aí estão para o atestar, e não só em Cuba. Mas um dos traços que

distingue os marxistas-leninistas é precisamente essa capacidade de, armados com uma teoria com provas dadas, cientificamente concebida e testada no fogo da vida concreta, saberem em cada situação compatibilizar a firmeza dos princípios com a adequação às condições reais, saberem também, quando é caso disso, reconhecer os próprios erros e corrigi-los tendo em conta a experiência própria e a dos outros.

«A Revolução Cubana não soube, desde o primeiro



instante — reconhecia-se também, sem ambiguidades, no referido Relatório — aproveitar no terreno da construção do socialismo a rica experiência de outros povos que, muito antes de nós, empreenderam esse caminho. Se tivéssemos sido mais humildes, se não nos tivéssemos sobrestimado, se tivéssemos sido capazes de compreender que a teoria revolucionária não estava suficientemente desenvolvida no nosso país, e que necessitávamos realmente de competentes economistas e de cientistas do marxismo para pormenorizadamente realmente significativos para a teoria e a prática da construção do socialismo, teríamos procurado mais, com modestia digna de revolucionários, tudo o que daquelas fontes pode aprender-se e aplicar-se nas condições concretas do nosso país».

Citamos estas palavras, e falamos aqui de erros, para que se tenha mais clara consciência do verdadeiro quadro em que a Revolução Cubana se iniciou, desenvolveu e avançou, evitando assim qualquer espécie de imagens idealizadas, fruto dos desejos e não das realidades.

E, no entanto, que distância extraordinária entre a Cuba de hoje e a anterior à revolução! Que diferença abissal entre a Cuba real e aquela que a propaganda imperialista e reaccionária nos pretende impingir! Que fosse colossal entre o dia a dia de um povo que constrói heroicamente o seu futuro e o panorama de Cuba que jornais, rádio e televisão pretendem infamemente reduzir a episódios marginais e cuidadosamente deturpados! Que enorme diferença na justiça social, na promoção cultural, na protecção à infância e à velhice, no desenvolvimento económico, entre a Cuba socialista humilhada e ofendida pelos EUA e os restantes países da América Latina apadrinhados e «protegidos» pelo imperialismo norte-americano!

No primeiro plano da cena internacional

O I Congresso — considerado pelo povo cubano o mais importante acontecimento histórico do país após a vitória da Revolução — marcou a passagem para a etapa da construção do socialismo. Dele saiu o quadro institucional e jurídico-administrativo na base da qual se realizaria a caminhada que hoje culmina, assinalada por factos tão importantes como a entrada em vigor da nova Constituição (Fevereiro de 1976), e entrada em funcionamento da Assembleia Nacional do Poder Popular (Dezembro de 1976) e a concretização da direcção planificada da economia. O I Congresso aprovou também a Plataforma Programática do Partido, que a partir de agora, certamente, e após as alterações impostas pela experiência destes anos, se transformará no Programa do PCC.

Durante os últimos cinco anos, Cuba confirmou e reforçou o seu papel de vanguarda no Movimento dos Não Alinhados — cuja VI Conferência Cimeira, recorde-se, se realizou precisamente em Havana, em Setembro do ano passado — ao mesmo tempo que na cena internacional se tornava num dos mais firmes defensores das propostas de paz e contra a corrida aos armamentos. Tais posições, porém, nunca as entendeu Cuba como incompatíveis com os seus deveres de solidariedade internacionalista, aos quais, desde que solicitada e em cumprimento de compromissos assumidos, nunca se furtou, como foram, entre outros, os casos bem conhecidos de Angola e da Etiópia.

É neste enquadramento, aqui muito sumariamente esboçado, que hoje se inicia o II Congresso. Dele e das suas decisões, da Cuba de hoje e dos seus êxitos, vos falaremos proximamente com mais detalhe.



Em 17 de Maio deste ano, milhões de cubanos saíram à rua, em gigantescas manifestações sem precedentes, sob palavras de ordem contra o bloqueio económico, a presença dos americanos em Guantánamo e os voos de espionagem americanos. Em Havana, o desfile demorou 8 horas e meia a passar

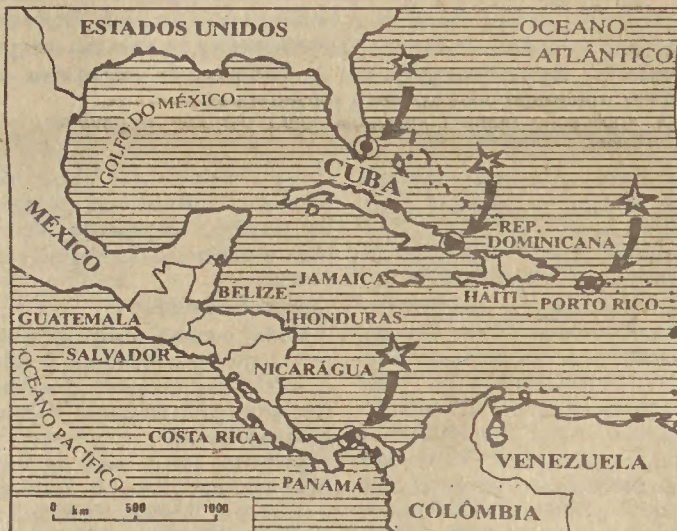
Breves dados sobre Cuba

Cuba, a maior ilha das Antilhas, foi descoberta em 27 de Outubro de 1492 por Cristóvão Colombo, mantendo-se como colónia espanhola, apesar das sucessivas tentativas de ingleses e norte-americanos para se apossarem do território, até 20 de Maio de 1902, data em que lhe é concedida a independência formal.

Mas a luta emancipadora que vinha de trás — e cujo principal herói foi José Martí, poeta e grande humanista, fundador do Partido Revolucionário Cubano, primeiro partido revolucionário de Cuba — continuou quase ininterruptamente durante as décadas seguintes, visto que a criação da República significara apenas a transferência da exploração do povo e das riquezas nacionais para as

A República de Cuba, com uma superfície total de 110 922 km² (um pouco mais do que a superfície de Portugal) e uma população de cerca de 10 milhões de habitantes, inclui, além da ilha principal, a Ilha da Juventude, antiga Ilha dos Pinos, e ainda cerca de 1600 pequenas ilhotas adjacentes. A capital é Havana, fundada em 1515 pelos espanhóis, hoje com perto de 2 milhões de habitantes.

Situada à entrada do Golfo do México e ao norte do Mar das Antilhas, Cuba fica a 77 km do Haiti, a 140 km da Jamaica, a 210 km do México e a 145 km da Florida (EUA). Possui mais de duzentos rios, o mais extenso dos quais é o Cauto, com 250 km de comprimento. A temperatura média anual é de 25,5 graus centígr.



As estrelas assinalam importantes bases americanas em redor de Cuba; uma delas, aliás, a de Guantánamo, na própria ilha. O cerco do imperialismo...

mãos do imperialismo norte-americano, através do apoio a sanguinários ditadores como Machado e Fulgencio Batista.

O triunfo da Revolução, em 1959, entrega finalmente o destino do povo cubano nas suas próprias mãos, e o país, apesar das terríveis dificuldades impostas pelo poderoso vizinho do norte — agressões armadas, infiltração de contra-revolucionários, bloqueio económico — inicia e prossegue com êxito a construção da sociedade socialista — a primeira em todo o continente americano.

havia praticamente só duas estações: as chuvas, na Primavera e no Verão, e a seca, no Outono e Inverno. O monte mais elevado é o Pico Turquino (com 1960 m), no centro da Sierra Maestra, na costa sul.

Os principais produtos agrícolas são a cana do açúcar — a riqueza agrícola mais importante do país —, o tabaco, frutos tropicais, o café e o arroz. As reservas minerais incluem nomeadamente o níquel, enquanto na pecuária sobressai o gado bovino. Por motivos óbvios, a pesca ocupa um lugar de destaque na economia cubana.

As actividades da CIA contra Cuba

Um exemplo revelador denunciado pelo próprio Fidel

“Dada a importância deste facto e o seu valor esclarecedor sobre a conduta e as actividades da CIA, considerámos a conveniência de torná-lo público, embora isso implique o sacrifício de uma valiosa fonte de informação” — dizia Fidel Castro em 15 de Outubro de 1976, ao discursar no comício de homenagem às vítimas do acto de sabotagem do avião da Cubana de Aviación, ocorrido dez dias antes, e que provocara a morte de 73 pessoas, entra as quais 57 cubanos, na sua maioria jovens atletas olímpicos.

E o tal “facto”, relativo às actividades da CIA em Cuba, era realmente revelador, e até mesmo de certo modo sensacional. Mas ouçamos o próprio Fidel, primeiro no enquadramento da situação e depois na citada revelação:

Fazendo um inventário dos actos terroristas levados a cabo contra Cuba desde que o governo dos Estados Unidos lançou as suas insolentes ameaças contra o nosso país, temos os seguintes:

Ano de 1976, 6 de Abril. Dois barcos de pesca, “Ferro 119” e “Ferro 123”, são atacados por lanchas piratas procedentes da Florida, causando a morte do pescador Bienvenido Mauriz e graves danos nas embarcações.

22 de Abril. Uma bomba é colocada na Embaixada de

Cuba em Portugal, ocasionando a morte de dois camaradas e ferimentos graves em vários outros, destruindo completamente o local.

5 de Julho. A missão de Cuba junto da ONU é objecto de um atentado com explosivos ocasionando grandes perdas materiais.

9 de Julho. Uma bomba explode no vagão que carregava os equipamentos de voo da Cubana de Aviación, no aeroporto de Jamaica, momentos antes de serem embarcados.

10 de Julho. Uma bomba explode nos escritórios da British West Indies de Barbados, que representa os interesses da Cubana de Aviación nesse país.

22 de Julho. Um técnico do Instituto Nacional de Pesca, Artagnan Díaz Díaz, é assassi-

nado numa tentativa de sequestro do cônsul cubano em Mérida.

9 de Agosto. Dois funcionários da embaixada cubana na Argentina são sequestrados sem que se haja voltado a saber deles.

18 de Agosto. Uma bomba explode nos escritórios da Cubana de Aviación no Panamá, causando danos consideráveis.

6 de Outubro. É destruído em pleno voo um avião da Cubana com 73 pessoas a bordo.

Como se pode ver, em apenas dois meses foram organizadas duas sabotagens de extraordinária gravidade contra aviões cubanos em voos internacionais cheios de passageiros, um dos quais resultou fatal.

Por detrás destas acções está a CIA. E quase sem excepção, em todas as ocasiões, as organizações terroristas radicadas nos Estados Unidos e que actuam em território desse país, essencialmente as cinco que integram o conjunto chamado CORU, reivindicaram a paternidade dos mesmos.

Desejo acentuar que a CIA tem sido autora de acções

delituosas que têm vindo a afectar de um modo crescente a comunidade internacional nos últimos anos. A CIA inventou e incentivou os desvios de aviões para os aplicar contra Cuba nos primeiros anos da Revolução; a CIA inventou os ataques piratas a partir de bases estrangeiras na sua política de agressões contra Cuba; a CIA reeditou no mundo moderno, a funesta política de planejar e tentar assassinar dirigentes de outros Estados; a CIA inventou agora o tenebroso recurso de fazer explodir aviões em pleno voo. É necessário que a comunidade mundial tome consciência da gravidade que tais acções implicam.

O agente que o não era...

Mesmo quando o Senado dos EUA investigou e reconheceu publicamente os incontáveis planos da CIA para assassinar os dirigentes da Revolução cubana e a sua consagração a essa tarefa durante vários anos, o governo dos EUA não deu nenhuma explicação de tais acções ao governo de Cuba nem pediu sequer a mínima desculpa.

Temos a suspeita de que o governo dos EUA não renunciou a tais práticas. No dia 9 de Outubro, apenas três dias depois da criminoso sabotagem de Barbados, foi interceptada uma mensagem enviada pela CIA a um seu agente em Havana. Essa mensagem, transmitida do centro principal da CIA em Langley, diz textualmente, entre outras coisas: “Favor informar primeira oportunidade qualquer dado respeitante presença de Fidel cerimónia primeiro aniversário independência de Angola dia 11 de Novembro. Caso afirmativo tentar averiguar itinerário completa visita Fidel Castro outros países mesma viagem”.

Outra instrução de data anterior diz assim: “Qual é a reacção oficial e particular aos ataques bombistas contra escritórios cubanos no estrangeiro? Que vão fazer para os evitar e prevenir? De quem se suspeita como responsáveis? Haverá represálias?”

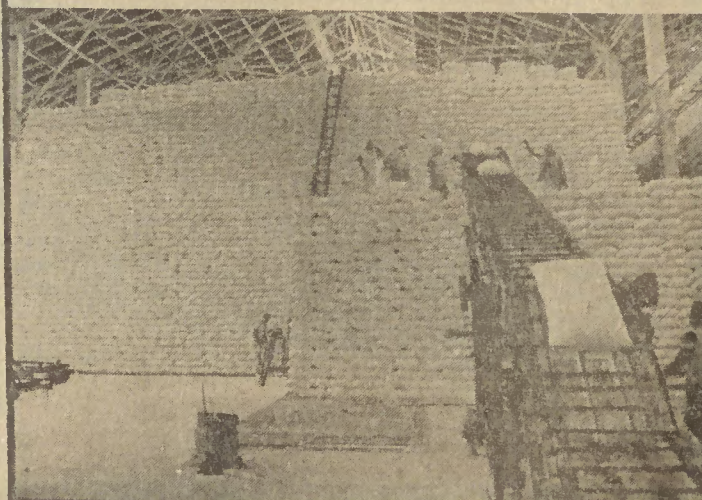
Esperamos que o governo dos EUA não se atreva a negar a veracidade destas instruções da sede central da CIA e de muitas outras que em flagrantes actos de espionagem tem

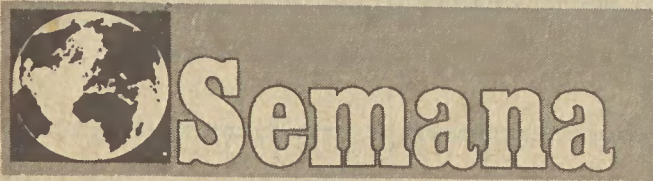
enviado à mesma pessoa. Possuimos as chaves das cifras e todas as provas da autenticidade destas comunicações. Neste caso concreto, o pretenso agente recrutado pela CIA, desde o primeiro instante e durante dez anos manteve o governo de Cuba pormenorizadamente informado de todos os seus contactos com a mesma, dos equipamentos e das instruções recebidas. A CIA supunha que o agente conseguira colocar um microtransmissor electrónico moderno, que lhe fora entregue por ela, nada menos do que no gabinete do camarada Osmany Cienfuegos, secretário do Comité Executivo do Conselho de Ministros. Dai a segurança com que presumia receber, com a devida antecedência, a informação respeitante a qualquer viagem do primeiro-ministro de Cuba ao estrangeiro.

Os que imaginam que a CIA se emendou num ápice pelas denúncias que no próprio seio da sociedade norte-americana se produziram sobre as suas arrepiantes acções, estão profundamente enganados. Os seus métodos, em todo o caso, tornar-se-ão mais subtils e mais perversos.

CUBA ANTES E DEPOIS DA REVOLUÇÃO

Evolução em números			
	1958	1976	
Construção de estradas (em km)	10 104	31 204	
Construção de barragens	13	88	
Energia eléctrica (em milhões de kw/h)	1 463	7197,6	
Refinação de petróleo (em milhares de t.)	3 400	6129,1	
Produção de cimento (em milhares de t.)	721	2501,1	
Número de médicos e estomatologistas	1 375	13 100	
Número de camas em hospitais	21 680	48 700	
Alunos do ensino primário	717 417	1 899 000	
Alunos do ensino médio	88 123	1 034 147	
Alunos do ensino universitário	25 599	107 100	
Escolas primárias	7 567	14 312	
Escolas médias	80	1 960	
Universidades	6	27	
Número de livros e folhetos editados (em títulos)	467	818	
Número de filmes	1	123	
Números de museus	6	37	





10
Quarta-feira



António Bisaglia

No terceiro dia da sua visita oficial à Índia, o presidente soviético Leonid Brejnev apresenta uma proposta de cinco pontos para desmilitarizar a região do Golfo; a proposta foi dirigida especialmente aos EUA, China e Japão, mas também a todos os Estados interessados em criar um clima de paz naquela região. ■ Os cosmonautas Leonid Kizim, Oleg Makarov e Guennadi Strekalov regressam à Terra a bordo da nave soviética «Soyuz T-3», após cumprirem com êxito a sua missão no espaço. ■ O ministro italiano da Indústria, António Bisaglia, torna pública a sua decisão de abandonar o governo na sequência das revelações que o envolvem no escândalo do petróleo. ■ A NATO intensifica a esboçagem contra os países socialistas membros do Pacto de Varsóvia, iniciando a utilização de aviões «AWACS» no continente europeu. ■ Manuel Mora Valverde, secretário-geral do comité central do Partido de Vanguarda Popular da Costa Rica, denuncia projectos de intervenção do imperialismo norte-americano na América Central e a preparação de um golpe reaccionário na Costa Rica. ■ Os resultados totais provisórios das eleições gerais em Cabo Verde para a Assembleia Nacional Popular registam uma afluência às urnas de 74,37% e uma percentagem de 92,99% de votos favoráveis às listas propostas pelo PAIGC.

11
Quinta-feira

A imprensa polaca denuncia uma campanha caluniosa fomentada pelos meios de comunicação ocidentais, acusando-os de fazerem sensação com base em notícias falsas. ■ As Honduras e El Salvador assinam um tratado de paz, terminando oficialmente 11 anos de estado de guerra. ■ O presidente eleito norte-americano, Ronald Reagan, nomeia amigos seus, políticos republicanos e antigos membros da administração Nixon para oito dos principais cargos do futuro governo dos EUA. ■ A comissão eleitoral do Uganda decide prolongar até às 14 horas locais o período de votação para as eleições gerais que se realizam no país pela primeira vez desde há 18 anos, devido ao atraso com que as assembleias de voto começaram a funcionar na véspera. ■ A Campanha Mundial contra a colaboração nuclear e militar com a África do Sul informa a opinião pública de que se realizou um encontro entre o secretário-geral da NATO, Joseph Luns, e o ministro dos Negócios Estrangeiros do regime racista sul-africano, em Bruxelas, no passado dia 14 de Novembro. ■ Numerosas pessoas ficam feridas e outras são presas pela polícia britânica, na sequência da repressão de uma manifestação realizada em Cardiff contra o governo conservador.

12
Sexta-feira

1963 — Independência do Quénia.

Um porta-voz da Secretaria de Estado norte-americana declara que os EUA «não tencionam debater de imediato» o plano proposto pelo presidente soviético Leonid Brejnev sobre a desmilitarização do Golfo. ■ A Assembleia Geral da ONU pede a convocação do Conselho de Segurança e a tomada de medidas energéticas para que Israel anule a sua decisão de deportar os presidentes das câmaras de Khalkhul e El-Khaili. ■ Uma delegação vietnamita chefiada pelo primeiro-ministro-adjunto, Vo Nguyen Giap, chega a Luanda para uma vista oficial à República Popular de Angola. ■ Um comunicado do Ministério da Defesa angolano responsabiliza o governo racista da África do Sul por um acto de pirataria aérea contra um avião de transporte angolano, que foi forçado a aterrar na Namíbia. ■ Um tribunal da Nicarágua condena sete indivíduos a penas de prisão entre dois e onze anos, por implicação numa conspiração para derrubar o governo sandinista.

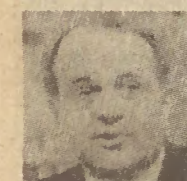
13
Sábado

1545 — Inicia-se o Concílio de Trento, que continuaria intermitentemente até 1563. Foi convocado pelo papa Paulo III em 1544 por ordem do imperador Carlos V, a fim de definir o dogma católico e remediar os abusos eclesásticos; nele foi reiterada a suprema autoridade papal.

Segundo a agência noticiosa iraniana PARS, a resposta dos EUA aos termos da proposta do Irão para a libertação dos 52 reféns americanos foi «basicamente positiva». ■ Rádio Uganda anuncia oficialmente que o Partido do Congresso Popular do Uganda (CPU) dirigido pelo antigo presidente Milton Obote, ganhou as eleições gerais realizadas no país, obtendo a maioria absoluta no parlamento. ■ O secretário de Defesa indigido para o futuro governo dos EUA, Caspar Weinberger, declara que o seu país deverá «fazer muito mais» para aumentar o seu poderio militar. ■ O órgão central do Partido Operário Unificado Polaco, «Trybuna Ludu», afirma que a campanha anti-soviética em curso no Ocidente está a usar a Polónia como pretexto para fazer impor a todos os países da NATO os planos armamentistas dos EUA. ■ Mais de meia centena de presos e várias dezenas de feridos, parte deles policiais, é o balanço de uma manifestação ocorrida na noite de sexta-feira em Berlim Ocidental, em protesto pela falta de casas.

14
Domingo

1960 — Criação da OCDE.



Loel Le Theule

A organização terrorista autodenominada «Brigadas Vermelhas» exige a extinção da cadeia de alta segurança de Asinara como «primeiro passo» para libertar o juiz Guido d'Ursio, raptado na passada sexta-feira. ■ A Igreja católica da Polónia toma posição sobre a situação no país, advertindo contra grupos que, pela sua acção, definiu como uma ameaça para a nação, realçando na mensagem hoje lida em todas as cerimónias religiosas, que os bispos polacos expressam a sua convicção em que o povo e os dirigentes polacos saberão encontrar as soluções que a situação exige. ■ O ministro da Defesa francês, Joel Le Theule, morre acometido de síncope cardíaca; contava 50 anos.

15
Segunda-feira

1770 — Nasce, em Bonna, Ludwig von Beethoven.

Mais vinte e três nacionalistas irlandeses entram em greve da fome na prisão de Maze, perto de Belfast; a greve destina-se a exigir o estatuto de preso político que o governo britânico nega aos nacionalistas irlandeses presos na Irlanda do Norte. Em greve da fome mantêm-se, entretanto, os sete patriotas irlandeses que a iniciaram há 50 dias. ■ A emissora francesa «France-Inter» anuncia que a capital do Tchade, Ndjamena, caiu em poder das forças do presidente Weddeye, tendo-se Hissene Habre refugiado nos Camarões. ■ Aumenta a tensão na Irlanda do Norte, com a polícia a entrar de prevenção e a multiplicação das manifestações de solidariedade para com os presos em greve da fome.

16
Terça-feira

1918 — Proclamação da República Socialista Soviética da Lituânia.



Indira Gandhi

A OPEP aumenta os seus preços do petróleo em 1,0%. ■ O primeiro-ministro indiano, Indira Gandhi, anuncia no Parlamento que a União Soviética vai fornecer créditos à Índia no valor de 250 milhões de rublos (cerca de 400 milhões de dólares) destinados a diversos ramos industriais do país, salientando ainda a importância do plano apresentado pelo presidente soviético Leonid Brejnev para a paz no Golfo Pérsico. ■ A administração norte-americana de James Carter propõe começar imediatamente a entrega de 60 aviões «F-15» à Arábia Saudita, um ano antes da data prevista. ■ A Assembleia Geral da ONU adota uma resolução sobre a questão palestina exigindo a retirada total e incondicional dos sionistas dos territórios árabes ocupados.

Polónia: que ingerência?

Os ministros dos Negócios Estrangeiros dos 15 países da NATO acabam de decidir em Bruxelas uma série de sanções possíveis para o caso de uma intervenção militar soviética na Polónia. Nem mais nem menos. Alguns dias antes, uma reunião do Pacto de Varsóvia manifestou a sua confiança em que o povo polaco saberá superar os actuais problemas, assegurando o desenvolvimento do país como um «elo firme na família comum do socialismo», como afirmou Kania. Simultaneamente a comunidade socialista — em particular a União Soviética e a RDA — empenha-se em auxiliar a Polónia, através de empréstimos incondicionais, para superar a difícil situação económica do país, hoje ainda agravada com as greves.

Porquê este empenho, mais que evidente, por parte dos países da NATO, numa degradação da situação na Polónia? — Empenho que na verdade reflecte uma ingerência real por parte do imperialismo neste país. Alguns factos abrem-nos as portas para a amplitude desta indesmentível ingerência: na reunião da ATA (dos países da NATO) realizada na Madeira foi afirmado que interessava explorar devidamente o nacionalismo polaco para pôr em causa a unidade essencial da comunidade socialista. Na Conferência Atlântica realizada no Algarve em Novembro, preconizou-se «uma maior aproximação com a Polónia», considerada como «um ponto crucial» para a comunidade socialista. Será que esta «aproximação» passa pelas 60 horas diárias de emissão por parte de rádios provocatórios viradas para a Polónia e em língua polaca? Ou pela campanha verdadeiramente provocatória, veiculada pelos órgãos de informação burgueses que diariamente nos martelam com a falsa imagem de uma Polónia que viveria no caos? Porque se fala tanto de uma intervenção militar soviética quando o próprio conselheiro de Carter, Brezinski, declarou nos primeiros dias de Dezembro

que tal hipotética intervenção não se afigura «nem inevitável nem iminente»? Admitir — mesmo que simplesmente admitir — a possibilidade de sanções contra a Polónia se as Forças Armadas polacas fossem obrigadas a intervir contra elementos anti-sociais, não é já uma inadmissível forma de ingerência? Alguém teria admitido a hipótese de um corte nas relações económicas entre a União Soviética e a França, por exemplo, quando o governo francês

A NATO reúne-se; os americanos mandam aviões «AWACS» para a Europa; os Imperialistas reforçam as suas manobras de propaganda radiofónica em território polaco; os politiquelros ocidentais estudam sanções — estas são a face real das ingerências capitalistas e das tentativas de desestabilização a nível europeu e mundial. Em contrapartida, os países socialistas confiam em que o povo polaco saberá superar os actuais problemas.

utilizou a sua Marinha de Guerra contra os pescadores que conduziam uma justa greve em defesa dos seus interesses? Na verdade, para além dos problemas que a construção do socialismo na Polónia defronta, o que se está a passar neste momento é uma gravíssima ingerência por parte do capitalismo internacional na vida interna do povo polaco e um não menos grave aproveitamento dos factos para

fomentar o anti-sovietismo e «justificar» a corrida aos armamentos.

A ingerência

A imprensa polaca denunciou recentemente a campanha caluniosa fomentada pelos meios de comunicação do capital, realçando, justamente, que «as interpretações ocidentais da crise são mais influenciadas pelas suas esperanças e sonhos sobre o sentido que tomará a situação do que pela realidade polaca». As esperanças do capital assentam também em contribuições bem concretas nesse sentido: as emissões sobversivas; a angariação de fundos para apoio de forças, ainda que diminutas, hostis ao socialismo, nomeadamente a coberto de auxílio aos novos sindicatos; e mesmo encontros conspiratórios, como foi

recentemente denunciado pela «Pravda», que se referiu a um encontro entre Brzezinski e cientistas polacos, a coberto de um programa de intercâmbio científico, encontro de que há dados concretos e em que Brzezinski afirmou que a actual situação na Polónia deveria ser aproveitada para desestabilizar o país. Ora, é evidente — como aliás é assinalado não só pelo POUP e pelos outros partidos no

Unidade e reforço da democracia socialista

A intensificação da actividade política na Polónia corresponde à opção bem definida, própria do socialismo, de intensificação da democracia socialista como forma de superação do momento difícil que hoje vive o povo polaco. Na sua sétima reunião plenária o Comité Central do Partido Operário Unificado da Polónia pronunciou-se pelo activo prosseguimento da linha de renovação da vida política do país, na linha de acordo e cooperação com todas as forças patrióticas para a solução dos importantes

problemas sociais e económicos, considerando como questão capital o restabelecimento do ritmo normal de trabalho e vida na Polónia e como condição fundamental para superar a crise actual, a consolidação do papel dirigente do Partido no seio da sociedade.

Recentemente realizou-se uma reunião da Comissão Central de Cooperação do Partido Operário Unificado Polaco, do Partido Camponês Unificado, e do Partido Democrático, que adoptou uma declaração, de

que destacamos alguns pontos particularmente importantes: — Os três partidos exprimem a vontade de continuar o processo de renovação socialista do país, a necessidade de empreender esforços comuns pela consolidação de todas as forças nacionais para superar as dificuldades existentes e restabelecer a estabilidade da vida nacional. Afirma-se que a Polónia só pode desenvolver-se favoravelmente no quadro do sistema socialista, realizando os princípios da democracia socialista.

— «A aliança historicamente comprovada, a amizade e cooperação com a União Soviética, são a base da política externa polaca. Graças a esta aliança, a luta do povo polaco contra o ocupante hitleriano foi coroada por uma vitória histórica, foram lançadas as bases duráveis da segurança e da independência da Polónia e criadas as condições propícias ao seu desenvolvimento pacífico numa nova e vantajosa forma territorial. Tanto a unidade ideológica de classe dos países socialistas como as

razões e os interesses vitais do povo polaco se reflectem na aliança e na amizade polaco-soviéticas».

— «O papel dirigente do Partido Operário Unificado Polaco — cuja consolidação no processo de construção do socialismo é de interesse vital para o nosso povo e serve a segurança e a soberania da Polónia — é o princípio fundamental do nosso sistema, da independência, da segurança e do desenvolvimento pacífico da Pátria».

— Partindo do princípio da

unidade ideológica e política dos sindicatos, os três partidos reconhecem a autogestão do movimento sindical tendo em conta que os sindicatos devem respeitar plenamente os princípios constitucionais do sistema do Estado socialista polaco, as suas alianças e os seus interesses nacionais. Guiando-se pelos interesses vitais dos trabalhadores, os sindicatos deverão desenvolver a sua cooperação na base da activa participação no processo social do trabalho e da co-responsabilidade pelos seus resultados.

ONU, liquidar definitivamente o colonialismo é tarefa urgente



O 20.º aniversário da adopção pela Assembleia Geral da ONU da Declaração sobre a concessão da independência aos países e povos coloniais foi comemorado na 35.ª sessão da Assembleia Geral da ONU.

Em mensagem à Assembleia Geral da ONU, o camarada Brejnev, secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética, destaca este facto como «uma das realizações mais notáveis da ONU, desde que ela existe», chamando simultaneamente a atenção para alguns problemas que pela sua premente actualidade destacamos. «O colonialismo ainda não está definitivamente liquidado. Existe ainda um foco de racismo colonial no Sul da África. O sistema inumano do «apartheid» na África do Sul é um desafio lançado à ONU e às suas resoluções. «Os racistas sul-africanos mantêm até agora a sua dominação sobre a Namíbia. A União Soviética pensa que, no que diz respeito à ajuda à libertação

nacional dos povos, a ONU não tem actualmente tarefa mais urgente do que a de garantir uma verdadeira independência ao povo da Namíbia, de que a SWAPO é a única representante legítima, e liquidar o regime de «apartheid» na África do Sul.

«A declaração deve também ser inteiramente posta em prática, sem novas demoras, em todos os outros territórios que continuam no estado de colónias. É dever da ONU concortar por todos os meios para que nenhum povo, nenhum ser humano continue sob o jugo colonial.

«Ao mesmo tempo, a ONU tem o direito de levantar a voz contra as manifestações da política neocolonialista, a exploração dos jovens países independentes pelos

monopólios imperialistas, a espoliação dos seus recursos, a ingerência nos seus assuntos internos, a proclamação dos seus territórios como esfera de «interesses vitais» de certas grandes potências, a instalação nesses territórios de bases estrangeiras e testas de ponte.

«A experiência da construção económica e política nacional nos países ontem colonizados, confirmou igualmente que é indispensável, para resolver os problemas difíceis com os quais estão confrontados, acumular esforços para conjurar o perigo da guerra, contra a corrida aos armamentos, por manter e reforçar o desanuviamento internacional.

«É unicamente em condições de paz que se pode melhorar radicalmente as condições de vida dos povos, pôr fim à miséria, às doenças, ao atraso herdado do passado colonial».

Lutas dos trabalhadores

● Grã-Bretanha — Milhares de manifestantes protestaram, na quinta-feira passada, em Cardiff, contra a crise de desemprego e a política económica de Margaret Thatcher e, em particular, contra os planos governamentais de despedir milhares de trabalhadores da indústria siderúrgica estatizada. A operação policial de repressão envolveu cerca de 1200 efectivos, tendo provocado numerosos feridos.

● Amsterdão — Realizou-se nesta cidade uma manifestação que

reuniu mais de dez mil pessoas contra o fascismo, o racismo e o anti-semitismo.

● Espanha — Cerca de vinte mil professores do ensino secundário entraram em greve exigindo aumentos salariais.

● França — A Universidade de Estrasburgo, no norte de França, continua paralisada desde 3 de Dezembro. Estudantes de todas as Faculdades dirigiram uma carta aberta aos deputados para que estes apoiem as suas reivindicações. Os estudantes exigem a melhoria dos

meios financeiros concedidos às Universidades e criticam a aplicação da «Carta Universitária» sem consulta aos estudantes, que levou à transferência de local de 80 mil universitários sem que estivessem preparadas estruturas sociais de acolhimento. É igualmente exigida a abolição dos decretos que restringem a admissão de estudantes estrangeiros. Estudantes e professores participaram dia 12 na greve geral em Paris contra a política autoritária do governo Barre em matéria de educação.

Solidariedade

● Israel — Após a expulsão de dois dirigentes palestínios da sua municipalidade, os presidentes dos municípios de Hebron e Hattoul, Fahd Kawasme e Mohammed Milhem, tropas sionistas têm reprimido sistematicamente as manifestações populares e estudantes contra esta medida ilegal, chegando mesmo a cercar por tropas e impor o recolher obrigatório na Universidade de Belém. Entretanto a Assembleia Geral das Nações Unidas pediu a convocação do Conselho de Segurança para que Israel anule as decisões relativas às deportações. Esta resolução foi aprovada com dois votos contra: o de Israel e o dos Estados Unidos.

● Turquia — Cinquenta e oito advogados de Ancora apresentaram um protesto ao Tribunal da Lei Marcial sobre a tortura nas prisões

e outras violações dos direitos humanos, desde que a Junta assumiu o poder, em Setembro, com a evidente cobertura da NATO. Na declaração dos advogados afirma-se: «A tortura, mesmo por vezes conducente à morte, está a ser praticada em esquadras da Polícia e prisões».

● Paraguai — Centenas de democratas foram presos nas últimas semanas e alguns submetidos a torturas. O assassinato do ditador da Nicarágua, Somoza, tem sido utilizado pelo regime do general Stroessner para intensificar ainda mais a repressão.

● Sudão — Foi preso em Novembro o camarada Tiganí al Tayeb, fundador do Partido Comunista do Sudão, membro do Secretariado do CC do PCS, chefe da Secção Internacional deste partido. Nestes últimos dias caíram também

nas mãos da polícia sete camaradas do aparelho da imprensa clandestina do Partido Comunista do Sudão.

● Haiti — No dia 28 de Setembro o governo haitiano desencadeou uma vaga repressiva contra os sectores políticos democráticos e contra os jornalistas independentes. Foram presos todos os trabalhadores da Radio Haiti-Inter, os jornalistas da Radio Cacique, de um jornal e uma revista, o presidente do Partido Social-Cristão, e os poetas e dramaturgos Frank Etienne e Rassoul Labuchin. A propósito desta onda repressiva o Secretariado do Partido Unificado dos Comunistas Haitianos destaca que «a amplitude da repressão indica claramente que o governo autocrático pretende destruir todas as conquistas da luta popular e democrática destes últimos anos».



para agravarem os seus gastos militares promovendo uma acentuação sistemática da corrida aos armamentos.

A revista «Foreign Policy», publicada em Washington pelo Instituto Brookins, reconheceu recentemente que o arsenal nuclear soviético tem vindo a diminuir nos últimos dez anos. A proposta de Leonid Brejnev, quando em visita à Índia, para desmilitarização do Golfo, foi para já recusada por Washington a pretexto da questão afgão. As propostas da União Soviética, quer no sentido de debater a limitação

de qualquer tipo de arma, quer de congelamento dos pactos militares, continuam sem resposta, enquanto em Madrid as delegações do mundo capitalista mantêm os esforços no sentido de uma sabotagem real dos trabalhos desta conferência de paz.

A verdade é verdade é transparente. O projecto do imperialismo é votar na corrida aos armamentos, no equilíbrio à beira do abismo e, se possível, no fomento da desunião entre as forças progressistas, particularmente entre os países da comunidade socialista.

A reacção em busca de uma saída

Para ninguém é novidade que a coligação da direita consubstanciada na "AD" estava longe de ser um bloco coeso e sem contradições.

Reflectindo os próprios choques de interesses das forças sociais que representam, os partidos da direita encontraram-se num programa mínimo que, no essencial, visava a destruição das conquistas da revolução de Abril: a direita acordara na "AD" numa estratégia global de subversão do regime, de desestabilização da ordem democrática e constitucional, de destruição sistemática das novas realidades económicas e políticas criadas em Portugal e dos direitos, garantias e liberdades do sistema político vigente. Com a "AD", a direita gizou um plano subversivo, aproveitando no campo da demagogia e da propaganda as dificuldades existentes, com vista a apropriar-se do aparelho de Estado e conduzir uma ofensiva global que abrisse caminho claro a uma nova ordem política que servisse a restauração integral do domínio capitalista, latifundiário e imperialista.

Não foi um acordo fácil e não será erro afirmar que apenas o engodo da eficácia contra um inimigo comum — o Povo português e as forças democráticas — cimentou durante algum tempo o saco de gatos dos interesses contraditórios, das ambições pessoais descabeladas e incontroláveis, a própria mediocridade e venalidade generalizada do pessoal político, caciqueiro e ambicioso, dos partidos da reacção.

A derrota da "AD" nas eleições presidenciais não constituiu por isso apenas o fundamental estacar de um plano subversivo global (o domínio do conjunto dos órgãos de poder), como igualmente contribuiu para severamente esboar o cimento de eficácia subversiva, de estratégia desestabilizadora em curso que conjugava um bloco contraditório.

A sublinhar esta derrota, o desaparecimento de dirigentes como Sá Carneiro e Amaro da Costa veio agravar ainda a consistência de pés de barro da "AD" — perigosa e ameaçadora apesar deles.

Na nova situação criada não apenas ressurgiram as contradições desde sempre subjacentes, como naturalmente se geraram outras, fruto de concepções diferentes sobre o rumo a dar ao barco da reacção nas novas águas que a vontade popular expressa nas eleições ditou.

A nomeação pelo PSD de Francisco Balsemão como primeiro-ministro seguiu e antecedeu um conjunto de operações públicas e secretas que, no essencial, não são surpreendentes.

É por demais evidente que os sectores mais ultras da "AD" (que englobam gente do CDS, gente do PSD) não aceitaram com bons olhos a nomeação do PSD. É importante sublinhar aqui que também na delimitação dos sectores ultras da "AD" se manifesta com toda a clareza a realidade de há muito apontada pelo PCP de que **a arrumação das correntes e opções políticas não coincide inteiramente com as fronteiras existentes entre partidos:** os ultras da "AD" não são o CDS no seu todo, tal como o PSD não apresenta uma atitude uniforme mais "liberal".

Sucedo porém que a luta pela hegemonia no seio do bloco da direita e as lutas pessoais pelos "lugares ao sol" parece terem circunstancialmente contribuído para a presente arrumação: no PSD os ultras alinharam com a nomeação de Balsemão para salvaguardar a autoridade do seu partido, no CDS registam-se "demarcações" de quem pretende jogar a sua cartada.

No essencial, uma coisa é por demais evidente: a estratégia da "AD", os seus objectivos essenciais de destruição do regime não sofreram alterações. Dividem-se contudo as opiniões entre os ultras que pretendem prosseguir a estratégia global da desestabilização (com destaque especial para o confronto institucional e especialmente para o confronto com o Presidente da República eleito) e os que procuram uma nova fórmula, que poderá passar por acertos de orientação nos problemas políticos mais sensíveis e na abertura a uma nova política de alianças.

A crise aberta na política da direita é, em qualquer perspectiva, agora evidente. A reacção procura reformular, reajustar a sua acção. E procura porque defrontou a vontade popular, porque defrontou o funcionamento, embora viciado pelo abuso do poder, do regime democrático e constitucional.

É óbvio que a "AD" vai assim procurar, antes de tudo o mais, rebocar a fachada. A operação evidencia-se já no campo das palavras.

Políticos e alguns jornais da direita abandonaram os "confrontos institucionais". No sector imediato das relações entre órgãos de poder e muito particularmente entre o Governo e o Presidente da República a terminologia modificou-se e a direita descobriu já que não é essencial a "solidariedade institucional" que descobrira como teoria para fazer eleger um

Presidente fascizante, para realizar a agulha no sentido da "lealdade institucional": é a teoria dos que pretendem abandonar o confronto violentamente desestabilizador para, ao serviço dos mesmos objectivos, buscarem plataformas possíveis.

A discussão aparentemente académica entre um "governo forte" e um "governo fraco", ou seja, um governo que conte com o apoio efectivo das forças políticas e sociais da "AD" ou que apenas reflecta parte delas, está no essencial resolvida: deste ponto de vista, o governo será "fraco", tanto quanto a situação da direita se enfraqueceu e não é líquido nos seus arrais a nova tática a empregar.

O plano subversivo não constitui porém uma pura questão de definição política circunstancial dos objectivos dos partidos de direita: é objectivo essencial das forças sociais por ela representadas, só alterado ou limitado por imposição das forças populares e democráticas.

Por outro lado, a importantíssima derrota do plano subversivo derivada dos resultados eleitorais e das circunstâncias presentes não constitui uma total limitação das possibilidades de manobra das forças reacçãoárias. A um recuo tático na acção governativa, a um reajustamento na prática das relações entre os órgãos de soberania, pode seguir-se uma reformulação de política de alianças, com especial destaque para a perspectiva da revisão constitucional.

Mais concretamente, a "AD" em conjunto ou alguns dos seus sectores, mantendo o objectivo de alterar a Constituição e a estrutura do regime e vendo barrado para já o plano subversivo do referendo, procurarão — **com os mesmos objectivos** — encontrar outra forma de o fazer, nomeadamente através do estabelecimento na Assembleia da República de acordos que, fatalmente, terão de passar pelo PS. No que, a ver vamos. O conjunto da situação e das contradições que surgem torna claro que o seguimento da **gigantesca acção de massas em defesa do regime democrático** traduzida nas eleições presidenciais requer como **factor determinante das transformações e da evolução social a luta e intervenção directa das massas na vida política social e económica.**

Seria um profundo erro pensar que o prosseguimento positivo dos resultados democráticos obtidos em 7 de Dezembro reside exclusivamente na sua expressão ao nível das contradições e reajustamentos da política da maioria parlamentar da "AD", seja no seu próprio seio e na sua acção própria ao nível de Assembleia e de Governo, seja na sua actuação no quadro da composição actual dos órgãos de soberania no seu conjunto.

A vitalidade do regime democrático, a sua defesa e evolução depende claramente da acção da vontade popular que derrotou e fez infectar agora um plano subversivo e desestabilizador, mas que, no quadro das instituições, do regime e de legalidade democrática tem a possibilidade — o que equivale a dizer, a necessidade — de se expressar activamente noutros sectores.

Daí, **a necessidade do urgente reforço orgânico, da mobilização e da dinamização de todos os movimentos de massas, do desenvolvimento dos movimentos unitários e das acções de massas.** Há uma evidente necessidade de atenção no momento presente para um tipo de acção — deliberada ou ingénua — da Comunicação Social no sentido de fazer passar a iniciativa política das alterações fatalmente introduzidas pelos resultados eleitorais para as negociações, contradições, incidentes, reformulações e problemas no seio da maioria derrotada. Maioria por força do abuso do poder e da manipulação, a "AD" e a direita não representam o Povo português e muito menos constituem ou representam os elementos determinantes do futuro político, económico e social do País. É nas classes trabalhadoras, nas forças democráticas, no Povo português que essa força determinante existe e as atribuições que agora se verificam são importantes exactamente porque correspondem às consequências da expressão da vontade popular — no caso, a derrota clamorosa sofrida pela "AD" nas eleições de 7 de Dezembro.

Só a continuação — que constitui a essência do regime democrático saído do 25 de Abril — da afirmação da vontade popular constituirá factor determinante das transformações e da evolução de Portugal.

A vigorosa determinação democrática e antifascista com que o Povo português acaba de fazer frente corajosamente à ameaça do regresso ao passado fascista constitui um poderoso motivo de confiança no futuro da liberdade e da democracia em Portugal.

Que tem de passar pela luta dos trabalhadores, pela unidade das forças democráticas, pela acção de todos os cidadãos de sentimentos antifascistas.

A anunciada saída de Preença de Carvalho da RTP é uma consequência da derrota do plano da "AD" aplicado ao mais importante meio da comunicação social do País. É longo o rol de prepotências, de ilegalidades e arbitrariedades cometidas na RTP nos meses em que esteve sob o controlo daquele que já se tinha distinguido, tristemente distinguido, como ministro da Propaganda no governo Mota Pinto.

A sua renúncia ao cargo representa, claramente, a confissão da derrota do seu projecto. E também, pode-se adivinhar, a jogada de antecipação de quem prefere sair, a sair mandado.

Preença de Carvalho foi colocado pelo governo da "AD" na televisão com o objectivo claro de aí executar o plano de manipulação e mistificação do Povo português num período particularmente importante da vida

nacional: o das eleições legislativas e presidenciais. Convém aqui recordar que Preença de Carvalho foi substituído na RTP Cunha Rego. Só que, enquanto este último se demitiu para integrar o comité político Soares Carneiro, Preença foi nomeado para superintender, nomeadamente, ao comité de propaganda televisiva do general de S. Nicolau.

Derrotado pelo Povo português, em 7 de Dezembro, o projecto totalitário e reacçãoário da "AD", Preença de Carvalho sente-se incapaz de continuar a fazer girar a roleta da manipulação. É o próprio Preença que o reconhece, na carta que dirigiu ao primeiro-ministro em exercício, carta essa que constitui, aliás, um portento de delírio político e de incapacidade para retirar lições dos acontecimentos. Por essa carta e também pela atitude assumida se

pode ver igualmente o entendimento que Preença tinha do cargo que desempenhava. É caso para dizer: presidente da RTP sim, mas só no regabato que seria se o candidato da "AD" tivesse sido eleito...

A carta de Preença tem de tudo — insultos ao Presidente da República, completo desrespeito pela vontade do Povo português e, como vem sendo hábito em certos escribas da direita, a visão apocalíptica do País. Além de ridículas formulações quando, por exemplo, descobre que (sic) "na RTP, e muito especialmente no domínio da informação, persistiram até há pouco métodos de natureza revolucionária e autogestionária que resistiram a uma orientação democrática do sector".

A auto-exclusão de Preença de Carvalho de chefe da RTP é um facto positivo, apesar de ainda

não se saber quem irá suceder-lhe no lugar — problema da sucessão este que, é certo, irá lançar mais algumas achas para a fogueira da luta entre facções não coincidentes da maioria governamental. De qualquer modo, a "AD" tratará certamente de arranjar quem, nas actuais condições, esteja disposto a fazer o que Preença fez no Lumiar. Mas a parada de Preença e da "AD" era muito alta — e o jogo saiu branco. Daí que o demissionário presidente da CA da RTP diga, no final da sua carta de demissão, que "só me resta regressar à minha vida profissional". E, como diz o nosso povo, não deixa saudades; deixa, isto sim, o mais vivo repúdio pela actuação que desenvolveu nos meses em que, impune, esteve à frente do mais poderoso meio de comunicação social do nosso país.

O Governo a que o vice-primeiro-ministro Freitas do Amaral superintendente é um Governo demissionário. E, como demissionário, deve limitar-se a gerir os assuntos correntes do Estado. É uma norma democrática.

Não o entendem assim os membros do Governo demissionário — recordados talvez da actuação que teve o Governo Mota Pinto quando demitido — e acharam por bem continuar a sua política partidária ainda que muitos deles, daí a dias, deixassem de sobraçar as respectivas pastas.

A notícia veio nos jornais e era taxativa. No dia seguinte "os ministros da Administração Interna, do Trabalho e da Agricultura, respectivamente eng. Eurico de Melo, dr. Marques de Carvalho e eng. Cardoso e Cunha, e o secretário de Estado da Estruturação Agrária, eng. João Goulão" deslocavam-se ao Alentejo para fazerem pessoalmente a entrega de terras da Reforma Agrária.

Afinal, acabaram por não ir. No próprio dia, um órgão de informação revelava que "ao contrário do que estava inicialmente previsto" os

referidos ministros "não estarão presentes".

E mais acrescentava: "Tais ausências são motivadas pelo envolvimento daqueles governantes nas negociações para a formação de um novo Executivo."

Portanto, reconhece-se que está em formação um novo Executivo, o que significa que o anterior apenas tem funções de gestão.

Mas para o Governo que Freitas do Amaral superintende, gerir é sinónimo de destruir. Destruir a Reforma Agrária.

Não constitui novidade. Mas parece que se mostram assanhadamente apressados, ainda que o próximo Governo reflecta igualmente a maioria que permitiu o anterior. Impossibilitados de concretizarem a festança que tinham programado, se acaso o resultado das últimas eleições tivesse sido outro, não deixaram de organizar uma iniciativa mais modesta.

Mas acabaram por ficar em Lisboa, que, nestas coisas de partilha do poder, o melhor é não virar as costas ao parceiro do lado, ou seja, nestas coisas dos lugares ministeriais, o melhor é não ir passear para o Alentejo.

As realidades da política da direita e dos interesses que nos seus bastidores se movem acabam frequentemente por vir a lume da forma mais indirecta — e, por vezes, assim mesmo mais esclarecedora.

O último número do semanário "Expresso" inclui um artigo — aliás, bem documentado e esclarecedor — de Benjamin Formigo sobre o desastre de aviação em que perderam a vida Sá Carneiro e Adelino Amaro da Costa. Historiando os antecedentes da viagem, escreve o jornalista:

Inicialmente, a campanha eleitoral (de Soares Carneiro) estava a ser apoiada por aviões pertencentes a algumas companhias, nomeadamente a Torralta, e a um empreiteiro que tinha dois ou três aviões matriculados no estrangeiro, a fim de evitar o pagamento de taxas aduaneiras e de impostos de transação — da ordem dos 75 por cento. Os adversários de Soares Carneiro começaram a notar esses aviões imatriculados num país da América Central e a DGAC (Direcção Geral da Aeronáutica Civil), porque estes tinham ultrapassado o prazo de permanência legal em Portugal, selou-os. É então que este empreiteiro de Lisboa entra em contacto com um amigo de Braga, de apelido Taxa, que tinha um Cessna com as dimensões necessárias e que podia substituir o seu avião. O avião sinistrado pertencera a Andrés Perez, que

tinha uma manutenção própria, e foi comprado por aproximadamente 3 mil contos — segundo as nossas fontes.

Para além do que, conjuntamente com todo o restante artigo, estas linhas adiantam sobre o acidente e as suas causas, os factos aqui revelados merecem algumas considerações laterais.

O primeiro é esta absoluta naturalidade com que se encara o facto de uma empresa como a Torralta e um "empreiteiro de Lisboa" colocarem meios dispendiosos ao serviço de um candidato a Presidente da República portuguesa.

Não se trata já de invocar as disposições legais que impedem que as empresas particulares subsidiem campanhas eleitorais ou partidos políticos e saber até que ponto este tipo de apoios não acabariam por cair sob a alçada de tais disposições: muito mais directamente, assim se evidencia o tráfico de favores, benesses e influências entre os políticos da direita e os detentores do capital, os grandes capitalistas e especuladores. Como se de coisa limpa e aseada se tratasse, aí vemos os donos da Torralta que o governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral brindou com a concessão da zona de jogo de Tróia a pagarem a fineza cedendo aviões — e sabe-se lá o que mais — a um general que por

É para todos uma evidência que a resolução do Comité Central do PCP sublinha justamente o colapso sofrido pelo esquerdismo nas últimas eleições presidenciais.

A passagem da votação de Otelo Saraiva de Carvalho de 800 000 votos em 1976 para 80 00 em 7 de Dezembro último, somado à quebra registada entre os resultados obtidos pela UDP e PSR nas legislativas de 5 de Outubro e os votos dados ao candidato que agora apoiaram, fala por si e com toda a clareza.

Não é, contudo, apenas no campo dos números e dos resultados eleitorais que se manifesta a completa deterioração dos grupos esquerdistas, o seu completo perder o pé em relação à realidade portuguesa e à vida do nosso povo, aos interesses políticos dos trabalhadores e da classe operária.

O documento saído da última reunião da fantasmagórica FUP de Otelo em que são apreciados os resultados das eleições é um acervo de parvoíces.

Afirma a FUP que "a vitória de Eanes foi a vitória

da burguesia e do imperialismo e representou importante derrota para os trabalhadores e a esquerda deste País, derrota de que são largamente responsáveis as direcções reformistas do PS e do PCP, derrota que o povo trabalhador virá a pagar caro e que se irá traduzir na intensificação da exploração capitalista, com o consequente agravamento da repressão e das condições de vida e de trabalho da generalidade dos portugueses."

Enquanto a própria UDP considera que "houve graves erros de análise na campanha de Otelo", as luminárias da FUP revelam a mais acabada incapacidade de sequer ver a quantos centímetros da cara termina o seu próprio nariz.

Quando o Povo português dá uma importante prova de maturidade política e cria condições para estacar a ofensiva da direita e da reacção, estes pseudopolíticos descobrem o contrário.

O major Otelo descobriu isto, deveras sensacional: o Povo português está errado, Otelo está certo.

ai aparecia envergando panos de "incorrupível", "defensor dos valores da honestidade", um "moralista" e outras palavras assim reduzidas a patacadas pela força dos factos.

Mas não só. Com igual naturalidade e como se nada houvesse de insolito, eis que por aqui aparecem "empreiteiros de Lisboa" que dispõem — coisa pouca... — de "dois ou três aviões"! Assim como quem tem dois ou três pares de sapatos...

É óbvio que este "empreiteiro de Lisboa" deve fazer parte dos que todos os dias clamam contra a "miséria em que isto está", dos que falam da necessidade de "vitalizar a nossa economia", inclui-se evidentemente entre os "investidores", "empreendedores", e outras coisas em "ores" que constituem a tal iniciativa privada que, a pobre, tem tido uma vida difícilima, peada por coisas horróricas saídas do 25 de Abril, enfim, uma completa desgraça que conduz a que um modesto "empreiteiro de Lisboa" se tenha que limitar a possuir... dois ou três aviões!...

Mas ainda há mais. O "empreiteiro de Lisboa", como se de coisa perfeitamente cristalina, transparente e natural se tratasse — fuge aos impostos, burla deliberadamente o Estado, mantendo os seus aviões matriculados fora do País. E note-se a comovedora candura com

que "o Expresso" anuncia que só estes conflitos políticos saídos de rivalidades eleitorais é que levaram a DGAC a fazer... o que a lei manda e o empreiteiro não cumpre! O "empreiteiro de Lisboa" deve, nos seus conciliabulos políticos com os dirigentes "AD" e entre copos de whisky nos bares "bem" da capital, clamar contra a "desordem", bramar pela necessidade de "impor a legalidade", queixar-se das reinvidicações dos trabalhadores que explora, barafustar que é necessário um "Estado forte e acabar com esta bagunça"; deve ter achado "muito assitada" a medida de exigir o talão do imposto complementar para pagar aos trabalhadores o 13.º mês e nesse sentido deu severas instruções na sua empresa. Entretanto, burla o País, fuge aos impostos, ludibria o Estado, é, em suma, um burlão. Só que, ao que parece, burlas com aviões de milhares de contos são índices de "capacidade e compreensão" da iniciativa privada". Daí para baixo, passa a ser crime! O que valeu — como se viu — é o que o sr. Taxa de Braga também tem uns 3 mil contos para comprar o seu aviãozinho que lhe permite fazer finezas aos amigos. E é isto a direita, é isto a "AD", é isto a honestidade, a isenção, a concepção de interesses nacionais dessa lamentável e perigosa coisa que se chama — a direita portuguesa.